



# GUIA ANEXO

**Organização dos Estados Americanos - OEA**



**UNIÃO NORTE-RIOGRANDENSE DOS ESTUDANTES DE DIREITO INTERNACIONAL**  
**SIMULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS**

**PROFESSOR COORDENADOR**

Diogo Pignataro de  
Oliveira

**PROFESSOR COORDENADOR-ADJUNTO**

Marco Bruno Miranda  
Clementino

Ana Beatriz Rebello  
Presgrave

**DIRETORIA UNEDI**

**Secretária-Geral**

Pamela Araújo Xavier de Paiva

**Vice-Secretária-Geral**

Mariana da Nóbrega Dantas

**Primeiro-Secretário**

Fábio Araújo de Paiva  
Cavalcante

**Segunda-Secretária**

Rafaela de Araújo Albuquerque

**Primeira-Tesoureira**

Letícia Alves Andrade de Sousa

**Segunda-Tesoureira**

Brunna Bezerra Nunes

**Secretário Acadêmico**

Arthur do Nascimento Pereira

**DIRETORIA DA OEA**

**Diretoras Acadêmicas**

Júlia Gabriely de Sousa Rocha

Letícia Karim Xavier de  
Mendonça

**Diretores Assistentes**

Ana Clara Araújo Farache

Helena Campos Pires Nunes

Luís Felipe Rocha Praxedes

Maria Fernanda Medeiros  
Barbosa Correia

Maria Júlia da Silva Pinto

Rany Estéfani Ferreira da Gama

**Tutor**

Guilherme de Oliveira Rocha  
Cruz

**NATAL/RN**

**2025**

## RESUMO

O referido trabalho possui como objetivo principal orientar os estudos dos delegados que irão simular a 24ª Edição da Simulação de Organizações Internacionais (SOI), buscando informar sobre os temas que serão debatidos na Organização dos Estados Americanos, visando o máximo de aprofundamento na temática dos debates e discussões. No que tange aos objetivos específicos, o presente Guia Anexo tem o intuito de apresentar as delegações que representam as nações presentes na OEA, destacando o contexto em que estão inseridas, os fatores históricos e atuais de construção política e ao autoritarismo na América, a serem postas em discussão na temática: “Democracias Corrompidas: A Conexão entre Crises Democráticas e a Instabilidade Política nos Governos Latino-Americanos”. Nestes termos, o estudo foi construído a partir de fontes documentais históricas existentes sobre a temática e os países em discussão, nos documentos pertinentes de cada país sobre o tema e na revisão bibliográfica de livros e artigos que versam sobre o assunto. Em conclusão, indica-se que o debate das crises democráticas e instabilidade política na América Latina possuem reflexos até os presentes dias, não se limitando aos contextos dos séculos XIX e XX.

**Palavras-chaves:** Organização dos Estados Americanos; Instabilidade Política; Autoritarismo; América Latina.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

ARENA – Aliança Republicana Nacionalista

AUC – *Autodefesas Unidas da Colombia*

CIA – Central Intelligence Agency

COMIBOL – *Corporación Minera de Bolivia*

FARC – *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia*

FIP – Força Interamericana de Paz

FMLN – Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional

FSLN – Frente Sandinista de Libertação Nacional

MAPP/OEA – Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia

MAS – *Movimiento ao Socialismo*

Mercosul – Mercado Comum do Sul

MICIVIH – Missão Civil Internacional no Haiti

MINUSTAH – Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti

MORENA – Movimento de Regeneração Nacional

MRN – *Movimiento Nacionalista Revolucionario*

OEA – Organização dos Estados Americanos

ONGs – Organizações Não-Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

PCC – Partido Comunista Cubano

PDVSA - Petróleos de Venezuela S.A

PLC – Partido Liberal Constitucionalista

PRI – Partido Revolucionário Institucional

SEGALMEX – *Seguridad Alimentaria Mexicana*

UNASUL – União das Nações Sul-Americanas

UPA – União Pan-Americana

## SUMÁRIO

|                                     |           |
|-------------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b>                 | <b>9</b>  |
| <b>2 DELEGAÇÕES VOTANTES</b>        | <b>10</b> |
| 2.1 CANADÁ                          | 10        |
| 2.2 ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA | 13        |
| 2.3 ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA       | 17        |
| 2.4 ESTADOS UNIDOS MEXICANOS        | 22        |
| 2.5 GRANADA                         | 27        |
| 2.6 JAMAICA                         | 31        |
| 2.7 REPÚBLICA ARGENTINA             | 34        |
| 2.8 REPÚBLICA DA COLÔMBIA           | 38        |
| 2.9 REPÚBLICA DA COSTA RICA         | 42        |
| 2.10 REPÚBLICA DA GUATEMALA         | 46        |
| 2.11 REPÚBLICA DA NICARÁGUA         | 49        |
| 2.12 REPÚBLICA DE EL SALVADOR       | 53        |
| 2.13 REPÚBLICA DE HONDURAS          | 56        |
| 2.14 REPÚBLICA DO CHILE             | 59        |
| 2.15 REPÚBLICA DO EQUADOR           | 64        |
| 2.16 REPÚBLICA DO HAITI             | 68        |
| 2.17 REPÚBLICA DO PANAMÁ            | 72        |

|                                        |            |
|----------------------------------------|------------|
| 2.18 REPÚBLICA DO PARAGUAI             | 75         |
| 2.19 REPÚBLICA DO PERU                 | 80         |
| 2.20 REPÚBLICA DOMINICANA              | 83         |
| 2.21 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL    | 87         |
| 2.22 REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI     | 92         |
| <b>3 DELEGAÇÕES OBSERVADORAS</b>       | <b>96</b>  |
| 3.1 REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA | 96         |
| 3.2 REPÚBLICA DE CUBA                  | 101        |
| <b>4 CONCLUSÃO</b>                     | <b>106</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b>                     | <b>107</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

O presente Guia Anexo tem como objetivo trazer uma compreensão abrangente da relação e do posicionamento das delegações que farão parte dos debates da OEA, cujo suas abordagens serão pauta de debate no comitê a ser simulado. Destaca-se que, para além das delegações participantes da OEA, também foram incluídas – na capacidade de observadoras – duas delegações.

Desse modo, são analisados os aspectos históricos, econômicos, políticos e sociais dos países relacionados no contexto da instabilidade política na América. Tais informações revestem-se de especificidade, considerando que as relações dos países com a temática perpassam diversas áreas do conhecimento e contextos político-sociais, bem como as consequências históricas de práticas, processos políticos e movimentos autoritários que marcam décadas e séculos, para além de regiões inteiras do continente.

É importante ressaltar o caráter complementar deste documento, sendo indispensável a leitura integral do Guia de Estudos, também disponibilizado. Ademais, pesquisas externas aos materiais fornecidos pelo comitê também são de fundamental importância para ofertar maior diversidade ao debate, bem como o aprofundamento a cerca da sua delegação.

## 2 DELEGAÇÕES VOTANTES

No contexto da Organização dos Estados Americanos, as delegações votantes são os Estados que ratificaram a Carta da OEA e são membros efetivos da Organização. Neste contexto, para além do direito de voz ao longo dos debates, as 22 delegações votantes também serão responsáveis por votar questões materiais, incluindo o documento de resolução ao final da simulação.

### 2.1 CANADÁ

O Canadá está localizado na América do Norte, fazendo fronteira ao sul com os Estados Unidos, com quem mantém a fronteira terrestre mais longa do mundo entre os dois países. O país possui uma população de aproximadamente 40 milhões de habitantes e um vasto território que se estende por cerca de 9,98 milhões de km<sup>2</sup>, tornando-o o segundo maior país do mundo em área total.<sup>1</sup>

A princípio, cabe ressaltar que a política externa do Canadá tende a ter um viés mais bilateral do que multilateral, principalmente por não priorizar nenhuma organização internacional específica. A atuação do Canadá no cenário multilateral é marcada por um pragmatismo próprio, guiado por interesses e critérios internos, mais do que por compromissos ideológicos com o multilateralismo em si.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup>CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**: Canada. Acesso em: 20 maio de 2025.

<sup>2</sup>FRANCA, Tereza Cristina Nascimento. De observador a membro integral: a lenta caminhada multilateral do Canadá em direção à OEA (1972-1990). **Interfaces Brasil/Canadá, Pelotas**, v. 13, n. 1, p. 91–107, 2013. Acesso em: 20 maio de 2025.

Na criação da Organização das Nações Unidas (ONU), o Canadá teve um papel de destaque. Desse modo, a nação canadense foi um dos países fundadores, participando ativamente da elaboração da Carta da ONU e possuindo atuação relevante nas missões de manutenção da paz. No entanto, esse engajamento não se repetiu em relação à Organização dos Estados Americanos (OEA), uma das mais antigas instituições regionais do mundo.<sup>3</sup>

Em 8 de março de 1947, o subsecretário de Estado das Relações Exteriores do Canadá, Lester B. Pearson, fez um discurso no *Herald Tribune Forum*, realizado na cidade de Nova York, com foco no tema “O Canadá nas Américas”. O discurso, feito pouco mais de um ano antes da transformação da União Pan-Americana (UPA) na Organização dos Estados Americanos (OEA), tratou de assuntos pertinentes para o povo canadense, entre eles, os contatos bilaterais e multilaterais do Canadá com os outros países americanos e o motivo do Canadá ainda não ter ingressado na União Pan-Americana, destacando que, até aquele momento, o Canadá ainda não havia sido formalmente convidado para ingressar na Instituição.<sup>4</sup>

Todavia, na realidade, vários países latino-americanos já haviam sugerido, de forma discreta e diplomática, a entrada do Canadá, e o próprio país havia demonstrado interesse cerca de seis anos antes.

---

<sup>3</sup>FRANCA, Tereza Cristina Nascimento. De observador a membro integral: a lenta caminhada multilateral do Canadá em direção à OEA (1972-1990). *Interfaces Brasil/Canadá*, Pelotas, v. 13, n. 1, p. 91–107, 2013. Acesso em: 20 maio de 2025.

<sup>4</sup>STEVENSON, B.J.R. O Ingresso no Sistema Interamericano: O Canadá e a OEA. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 117-144, Jan 1994. Acesso em: 20 maio de 2025.

Entre 1972 e 1990, o Canadá atuou como observador na OEA, evitando compromissos políticos mais profundos ou obrigações institucionais dentro do sistema interamericano. Essa postura refletia a estratégia externa do país naquele período, marcada por um certo distanciamento pragmático em relação à América Latina e por uma preferência por vínculos bilaterais ou por fóruns multilaterais mais amplos, como a ONU e a Commonwealth.<sup>5</sup>

Nesse viés, em 27 de outubro de 1989, o primeiro-ministro Brian Mulroney finalmente realizou o anúncio, durante a Reunião de Cúpula dos Chefes de Governo do Hemisfério, realizada em San José, na Costa Rica, formalizando a intenção do Canadá de ingressar na Organização dos Estados Americanos (OEA).<sup>6</sup>

Na década de 1990, o envolvimento do país com a instituição e seus países membros cresceu de maneira constante, especialmente com o envolvimento do Canadá como mediador nos conflitos da América Central e defensor da paz regional. Ademais, a participação canadense em fóruns multilaterais com países latino-americanos fortaleceu sua aproximação com o sistema interamericano.<sup>7</sup>

Diante disso, com a renovação do internacionalismo canadense nos anos 1980, os espaços multilaterais passaram a ser cada vez mais

---

<sup>5</sup>FRANCA, Tereza Cristina Nascimento. De observador a membro integral: a lenta caminhada multilateral do Canadá em direção à OEA (1972-1990). **Interfaces Brasil/Canadá, Pelotas**, v. 13, n. 1, p. 91–107, 2013. Acesso em: 20 maio de 2025.

<sup>6</sup>STEVENSON, B.J.R. O Ingresso no Sistema Interamericano: O Canadá e a OEA. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 117-144, Jan 1994. Acesso em: 20 maio de 2025.

<sup>7</sup>*Ibidem*.

relevantes para promover interesses nacionais e lidar com temas transnacionais que não podiam ser resolvidos apenas por via bilateral. O multilateralismo canadense no hemisfério, portanto, não era uma novidade, mas a culminância de uma trajetória já existente. Contudo, a adesão plena à OEA representou uma mudança qualitativa: como membro efetivo, o Canadá passou a assumir maiores responsabilidades nas questões interamericanas, reconhecendo-se, finalmente, como parte integrante das Américas.<sup>8</sup>

Logo, cabe destacar que o Canadá possui um histórico de colaboração internacional com foco nos critérios e interesses internos do país e no fortalecimento do multilateralismo. Além disso, o país possui como objetivo reforçar a colaboração com os países latino americanos e participar ativamente dos assuntos relativos à manutenção da paz nas américas.<sup>9</sup>

## 2.2 ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

O Estado Plurinacional da Bolívia é um país localizado na América do Sul, fazendo fronteira com o Brasil ao norte e leste, com Paraguai e Argentina, ao sul; com Chile e Peru ao oeste. Com 12.311.974 de habitantes, divididos em um território de 1.098.581 km<sup>2</sup>, o país se destaca por sua diversidade étnica e geográfica e pela variedade de

---

<sup>8</sup>STEVENSON, B.J.R. O Ingresso no Sistema Interamericano: O Canadá e a OEA. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 117-144, Jan 1994. Acesso em: 20 maio de 2025.

<sup>9</sup>FRANCA, Tereza Cristina Nascimento. De observador a membro integral: a lenta caminhada multilateral do Canadá em direção à OEA (1972-1990). **Interfaces Brasil/Canadá, Pelotas**, v. 13, n. 1, p. 91–107, 201. Acesso em: 20 maio de 2025.

recursos naturais, o que lhe confere interesse por parte da comunidade internacional.<sup>10</sup>

A Bolívia foi o primeiro país da região da América do Sul a se levantar contra a Espanha, em um movimento iniciado em 1809 e finalizado em 1825, ano em que conquistou sua independência. Todavia, os séculos de colonização espanhola deixaram chagas profundas na sociedade boliviana, marcada pela exclusão das maiorias indígenas e por uma política econômica dependente do capital internacional, baseado na exploração de minérios e outros recursos naturais, como o estanho, o gás natural, o petróleo, dentre outros.<sup>11</sup>

Diante deste contexto, ao longo do Século XX, o país passa por diversos momentos de insurreição política. Em 1952, insurge a Revolução Boliviana, por meio da qual o *Movimiento Nacionalista Revolucionario* (MNR) assume o poder. A política adotada caracterizava-se pela implementação de medidas de caráter nacionalista, dentre as quais se destaca a estatização das minas. Posteriormente, em 1964, o governo do MRN é derrubado por um golpe militar, liderado pelo general René Barrientos, que revoga todas as medidas efetuadas pelo governo anterior, promovendo a reação contra os movimentos sociais e a reorganização da *Corporación Minera de Bolivia* (Comibol).<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup>CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**: Bolívia. Acesso em: 30 maio de 2025

<sup>11</sup>ANDRADE, Everaldo de Oliveira. História Econômica da Bolívia Contemporânea. **Caderno de Ciências Sociais**, vol. 3, fundação ABC, pp. 91-133, 2012. Acesso em: 30 maio de 2025.

<sup>12</sup>ANDRADE, Everaldo de Oliveira. Bolívia, 1964 – Os militares também golpeiam. **Proj. História**, v. 31, p. 131–146, dez. 2005. Disponível em: Revistas PUCSP. Acesso em: 30 maio de 2025.

O regime militar perdurou na Bolívia até 1982, com o início do processo eleitoral em 1985. Apesar do restabelecimento democrático, os governos subsequentes foram marcados pela continuação da política neoliberal e pela exclusão de setores populares, indígenas e operários, por meio da organização de coalizões parlamentares e governamentais. Entretanto, em 2006, com a eleição de Evo Morales, representante do partido *Movimiento ao Socialismo* (MAS), o cenário político boliviano passa por intensas transformações.<sup>13</sup>

O governo de Morales é marcado pela nacionalização de empresas voltadas a setores estratégicos, como a mineração e o gás natural, e implementação de políticas voltadas à população socialmente excluída, sobretudo com o reconhecimento de direitos dos povos indígenas. Estas medidas refletiram diretamente na Assembleia Constituinte realizada no ano de sua primeira reeleição, em 2009, que transformou a Bolívia em um Estado Plurinacional Comunitário, cujos valores consistem, principalmente, na recuperação de recursos naturais, a implantação da autonomia, os novos direitos e os princípios de uma economia plural.<sup>14</sup>

Em 2016, no exercício de seu terceiro mandato – autorizado após uma revisão constitucional –, Morales propôs um referendo constitucional, no intuito de alterar dispositivo da Constituição que limitava o número de mandatos presidenciais, proposta esta que foi rejeitada pela população com uma margem de 51,3% dos votos contrários. De toda sorte, o

---

<sup>13</sup>ANDRADE, Everaldo de Oliveira. História Econômica da Bolívia Contemporânea. **Caderno de Ciências Sociais**, vol. 3, fundação ABC, pp. 91-133, 2012

<sup>14</sup>SCHAVELZON, Salvador. As categorias abertas da nova Constituição boliviana. Formação do Estado Plurinacional: alguns percursos intelectuais. **Revista Lugar Comum**, São Paulo, n. 27, p. 35–60, 2009. Acesso em: 30 maio de 2025.

Tribunal Constitucional decidiu, no ano seguinte, que limitar a reeleição implicaria em violação aos direitos políticos e humanos garantidos por tratados internacionais, o que autorizou o então presidente a disputar novamente a presidência em 2019.<sup>15</sup>

Com o pleito eleitoral realizado em 2019, desencadeou-se uma grave crise institucional na Bolívia. Inicialmente, os resultados indicavam a necessidade de um segundo turno entre Morales e o opositor Carlos Mesa. No entanto, após interrupção da apuração dos votos, Morales apareceu com vantagem suficiente para vencer no primeiro turno. Posteriormente, a Organização dos Estados Americanos (OEA) apresentou relatório no qual identificava irregularidades significativas no processo eleitoral, levantando suspeitas de fraude.<sup>16</sup>

Em novembro de 2019, Morales renunciou ao cargo e deixou o país. Assim, a senadora opositora Jeanine Áñez assumiu a presidência de forma interina, em um processo marcado pela inobservância aos ditames legais. Durante o governo interino de Áñez, ocorreram episódios de repressão violenta, com o combate às manifestações pró-Morales que ocorriam no país, que resultou em dezenas de mortes. Ademais, o

---

<sup>15</sup>JARDIM, Mayara de Oliveira. A Bolívia no Tempo Presente: o governo de Evo Morales (2006-2019) e a ruptura institucional de novembro de 2019. **Historiar**, vol. 09, n. 04, p. 47-62 out./dez.2022

<sup>16</sup>ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Informe final:** Análisis de integridad electoral: Elecciones generales en el Estado Plurinacional de Bolivia. 2019. Acesso em: 30 maio de 2025.

governo adiou repetidamente as eleições sob alegações de instabilidade, o que intensificou a tensão política.<sup>17</sup>

Em outubro de 2020, ocorreram novas eleições no país, resultando na vitória de Luis Arce, candidato do MAS, que venceu no primeiro turno com 55,1% dos votos.<sup>18</sup> No ano seguinte, Jeanine Áñez foi presa sob acusações de golpe de estado, e em 2024, foi iniciado o seu julgamento pelos crimes de terrorismo, formação de quadrilha e associação criminosa, relativo ao período em que assumiu o cargo presidencial.<sup>19</sup>

Novas eleições estão previstas para o ano de 2025 no país, entretanto, a crise institucional boliviana ainda não se encaminhou para seu fim. Após seu rompimento com o MAS, Evo Morales se apresenta como candidato à Presidência da República, entretanto, se encontra impedido de participar do pleito eleitoral em razão do novo entendimento do Tribunal Constitucional, que no ano de 2023, anulou a decisão anteriormente prolatada, fixando em dois mandatos tempo máximo para o exercício da presidência.

Deste modo, apesar da superação dos episódios envolvendo disputas judiciais, tentativas de golpe e mobilizações, o cenário atual da democracia boliviana ainda se encontra em um estágio de extrema

---

<sup>17</sup>INTERNATIONAL HUMAN RIGHTS CLINIC. **The struggle for human rights in Bolivia during the Áñez government and the COVID-19 pandemic**. Cambridge, MA: Harvard Law School, 11 ago. 2020. Acesso em: 30 maio de 2025.

<sup>18</sup>MOLINA, Fernando. **Apuração oficial na Bolívia confirma vitória de Luis Arce com 55,1% dos votos**. *El País Brasil*, 23 out. 2020. Acesso em: 30 maio de 2025.

<sup>19</sup>G1. **Ex-presidente da Bolívia, Áñez é condenada a 10 anos de prisão**. Acesso em: 30 maio de 2025.

instabilidade, marcado pela polarização política, pela fragilidade das instituições e pela constante tensão entre os poderes constituídos.

## 2.3 ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Os Estados Unidos da América é um país situado na América do Norte, fazendo fronteira ao norte com o Canadá, ao sul com o México, a leste com o Oceano Atlântico e a oeste com o Oceano Pacífico. Com uma área de aproximadamente 9,8 milhões de km<sup>2</sup> e uma população superior a 330 milhões de habitantes, o país se destaca por sua vasta extensão territorial, diversidade geográfica e influência política, econômica e cultural global.<sup>20</sup>

É correto afirmar que desde o período colonial, os Estados Unidos vivenciaram profundas transformações políticas e sociais que moldaram sua trajetória rumo à democracia. Inicialmente formado por treze colônias britânicas localizadas na costa atlântica, o país iniciou seu processo de emancipação política em 1775, com a eclosão da Guerra Revolucionária Americana, e declarou-se oficialmente independente em 1776, com a assinatura da Declaração de Independência.<sup>21</sup>

Por conseguinte, o século XVIII foi marcado pela consolidação das instituições republicanas e pela promulgação da Constituição de 1787, que estabeleceu um modelo federativo e democrático, inspirado pelos ideais iluministas e pela experiência histórica da liberdade colonial.<sup>22</sup> Ao

---

<sup>20</sup>BRITANNICA. **United States**. Acesso em: 22 maio de 2025.

<sup>21</sup>WALLACE, Willard M. **American Revolution**: United States History. Acesso em: 22 maio de 2025.

<sup>22</sup>US SENATE. **Constitution of the United States**. Acesso em: 22 maio de 2025.

passo que, a expansão territorial ao longo do século XIX, impulsionada pela doutrina do Destino Manifesto<sup>23</sup>, resultou em conflitos com povos indígenas, guerras de anexação e disputas internas, como a Guerra Civil (1861–1865), que teve como um de seus principais desdobramentos a abolição da escravidão e a preservação da união nacional.<sup>24</sup>

Nesse ínterim, a partir do final do século XIX, os Estados Unidos viveram uma era de modernização e crescimento econômico, impulsionada pela Revolução Industrial, pela imigração em massa e pela consolidação de um modelo capitalista baseado na inovação tecnológica e na expansão dos mercados.<sup>25</sup> O país também passou a exercer uma influência crescente no cenário internacional, intervindo militarmente em conflitos como a Guerra Hispano-Americana (1898), que resultou na anexação de territórios ultramarinos e marcou o início de sua projeção imperial.<sup>26</sup> Ao longo do século XX, os Estados Unidos participaram ativamente das duas guerras mundiais, sendo decisivos para a vitória

---

<sup>23</sup>A teoria do Destino Manifesto era uma crença comum entre os habitantes dos Estados Unidos que dizia que os colonizadores americanos deveriam se expandir pela América do Norte. Ela expressa a crença de que o povo americano foi eleito por Deus para civilizar o seu continente.

<sup>24</sup>MARQUES DOS SANTOS, S. Um povo eleito em uma terra prometida: o mito do destino manifesto e as raízes do nacionalismo. **Revista Aedos**, [S. l.], v. 14, n. 32, 2023. Acesso em: 1 junho de 2025.

<sup>25</sup>PARADOWSKI, Robert J. **American Industrial Revolution**. Acesso em 22 maio de 2025.

<sup>26</sup>OJEDA, Jaime de. **A Guerra Hispano-Americana de 1898: uma visão espanhola**. Acesso em 22 maio de 2025.

dos Aliados e consolidando-se como uma superpotência militar, econômica e política.<sup>27</sup>

Dessa forma, a partir da segunda metade do século XX, a alternância entre políticas intervencionistas e períodos de retração caracterizou a atuação externa norte-americana, especialmente durante a Guerra Fria (1947–1991), quando os Estados Unidos lideraram o bloco capitalista em oposição à União Soviética. Esse período foi marcado por intervenções militares diretas, como na Coreia e no Vietnã, bem como por ações encobertas na América Latina, África e Ásia, com o objetivo de conter o avanço dos ideais de esquerda.<sup>28</sup>

Nesse meio tempo, com o fim da Guerra Fria, a supremacia global norte-americana se intensificou, sendo reforçada por uma política econômica orientada pela globalização e pelo avanço tecnológico.<sup>29</sup> Contudo, o país também enfrentou desafios complexos, como a instabilidade no Oriente Médio e o terrorismo internacional, que atingiu seu ápice com os atentados de 11 de setembro de 2001. Em resposta, os Estados Unidos lançaram a chamada "Guerra ao Terror", promovendo as invasões do Afeganistão e do Iraque, o que marcou uma nova fase na política externa norte-americana, caracterizada por longos

---

<sup>27</sup>SIMON, Silvana Aline Soares. **Do Isolacionismo ao Intervencionismo: A participação dos Estados Unidos nas Grandes Guerras Mundiais do Século XX (1914-1945)**. Acesso em 22 maio de 2025.

<sup>28</sup>GUIMARÃES, César. **A política externa dos Estados Unidos: da primazia ao extremismo**. Acesso em 22 maio de 2025.

<sup>29</sup>FIGLINO, Beatriz. **Guerra Fria: Um período, três olhares**. Acesso em 22 maio de 2025.

conflitos militares, debates sobre direitos humanos e redefinições estratégicas.<sup>30</sup>

Ademais, nas décadas que se seguiram, os Estados Unidos enfrentaram o desafio de conciliar sua posição de liderança global com crescentes tensões internas. A crise financeira de 2008 abalou a economia nacional e global, provocando uma onda de desemprego e desigualdade. Esse momento crítico, no entanto, também fortaleceu a demanda por maior regulação do sistema financeiro, justiça social e reformas estruturais, abrindo espaço para novas lideranças e movimentos sociais.<sup>31</sup>

Ainda, é necessário trazer à tona as eleições presidenciais entre 2017 e 2024, que resultaram na vitória de Donald Trump, marcando sua ida e retorno à presidência, gerando uma virada significativa no cenário político nacional, sinalizando uma nova fase na história democrática do país. Com um discurso fortemente nacionalista, conservador nos costumes e economicamente protecionista, o atual presidente atraiu setores descontentes com a globalização, com a imigração irregular e com a percepção de declínio do poder americano, prometendo um endurecimento das políticas migratórias, a valorização da indústria nacional e a contenção da influência da América-latina no comércio internacional.<sup>32</sup>

---

<sup>30</sup>DUARTE, João Paulo Gusmão P. **Guerra ao Terror: Uma guerra na sociedade de controle.** Acesso em 22 maio de 2025.

<sup>31</sup>SCHINCARIOL, Vitor Eduardo. **Uma análise histórico-econômica das políticas do primeiro governo de Barack Obama nos Estados Unidos, 2009-2012.** Acesso em 22 maio de 2025.

<sup>32</sup>MATRAVOLGYI, Elizabeth. **Relembre como foi a presidência de Donald Trump.** Acesso em 22 maio de 2025.

Atualmente, os Estados Unidos seguem como uma democracia consolidada em termos formais, com eleições regulares, liberdade de imprensa e um sistema judiciário atuante. No entanto, o país ainda lida com desafios estruturais, como a desigualdade socioeconômica,<sup>33</sup> o endividamento público,<sup>34</sup> o aumento de episódios de violência política<sup>35</sup> e racial,<sup>36</sup> além da crescente polarização ideológica.<sup>37</sup>

## 2.4 ESTADOS UNIDOS MEXICANOS

O México, oficialmente denominado Estados Unidos Mexicanos, está localizado na América do Norte, fazendo fronteira com os Estados Unidos ao norte, Guatemala e Belize ao sul, e sendo banhado pelo Oceano Pacífico e pelo Golfo do México. É inegável que a sua posição geográfica é estratégica, por estar entre a América Central e os Estados Unidos da América (EUA), pois confere ao país papel central nas dinâmicas econômicas, políticas e migratórias do continente. Entretanto, é importante apontar que o país enfrenta desafios profundos

---

<sup>33</sup>MENA, Bryan. **EUA: população de baixa renda passa por dificuldades financeiras mesmo após melhora na economia.** Acesso em 22 maio de 2025.

<sup>34</sup>BUENO, Gilvan. **Não é sobre tarifa, é sobre dívida pública.** Acesso em 22 maio de 2025.

<sup>35</sup>MARTINS, Américo. **Existe um histórico do uso da violência na política americana.** Acesso em 22 maio de 2025.

<sup>36</sup>ROCHA, Lucas. **Estudo aponta que oito fatores colocam adultos negros em maior risco de morte nos EUA.** Acesso em 22 maio de 2025.

<sup>37</sup>MAGNOTTA, Fernanda. LEITE, Lucas. **Discurso de Trump mostra como polarização tornou mais difícil governar os EUA.** Acesso em 22 maio de 2025.

relacionados à governabilidade, como altos índices de violência, corrupção endêmica e enfraquecimento institucional.<sup>38</sup>

Politicamente, o México passou por uma transição lenta, porém contínua, rumo a uma democracia eleitoral plena. O país esteve sob um modelo semiautoritário de 1920 a 2000 e só rompeu com a hegemonia do Partido Revolucionário Institucional (PRI), que governou por mais de 70 anos, a partir da presidência de Vicente Fox (2000–2006). Desde então, a alternância entre partidos tem sido constante e o Movimento de Regeneração Nacional (Morena) conquistou protagonismo nos últimos anos. Apesar desses avanços, o México ainda carece de elementos fundamentais para uma democracia plena, como justiça imparcial, liberdade de imprensa, transparência e equidade social.<sup>39</sup>

Isso se percebe em deficiências estruturais no Estado de Direito, como problemas crônicos de pobreza, desigualdade social e violência crescente, que ameaçam a estabilidade política e a qualidade da democracia. Nesse sentido, a corrupção das autoridades governamentais em diferentes níveis, assim como os abusos de direitos humanos cometidos tanto por agentes estatais quanto por atores não estatais, alimentam um ciclo vicioso de impunidade e insegurança. Assim, a violência associada ao crime organizado, notadamente aos

---

<sup>38</sup>INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA (INEGI). **Extensión, fronteras, litorales y zona económica exclusiva**. Acesso em: 22 maio de 2025.

<sup>39</sup>CAMP, Roderic Ai. **México: What Everyone Needs to Know**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2017. Acesso em: 22 maio de 2025.

cartéis de drogas, tem ferido a segurança pública e a confiança nas instituições.<sup>40</sup>

O combate à criminalidade tem sido marcado pela militarização da segurança pública. Desde a “guerra contra as drogas”, declarada por Felipe Calderón em 2006, mobilizaram-se dezenas de milhares de militares para operações contra os cartéis, mas essa estratégia não conseguiu reduzir significativamente a violência. Pelo contrário, organizações de narcotráfico se tornaram mais violentas, com disputas territoriais cada vez mais letais, mesmo com a intensificação da militarização sob o governo de López Obrador, com a criação e o fortalecimento da Guarda Nacional, subordinada ao Exército.<sup>41</sup>

Tal tentativa, entretanto, também trouxe consequências negativas para os direitos humanos e os controles democráticos. Nesse sentido, as Forças Armadas Mexicanas passaram a atuar em tarefas de policiamento sem o treinamento específico necessário, com relatos de abusos, prisões arbitrárias e execuções extrajudiciais. Dessa forma, a militarização, apesar de sua popularidade inicial, comprometeu liberdades civis fundamentais, como a liberdade de expressão, com dezenas de assassinatos de jornalistas e ativistas e o direito de

---

<sup>40</sup>FREEDOM HOUSE. **Mexico:** Freedom in the World 2025 Country Report. 2025. Acesso em: 22 maio de 2025.

<sup>41</sup>NORD, Marina et al. **Informe sobre la democracia 2024:** la democracia gana y pierde en las urnas. Gotemburgo: Instituto V-Dem, Universidad de Gotemburgo, 2024. Acesso em: 22 maio de 2025.

associação, ao mesmo tempo em que enfraqueceu a prestação de contas dos poderes públicos.<sup>42</sup>

Outro problema central que afeta a estabilidade democrática no México é a fragilidade do sistema judicial. Sobre isto, corrupção, influência de grupos criminosos e falta de proteção adequada para juízes e promotores contribuem para uma justiça que é falha em casos de corrupção e violência. Pode-se citar casos como os escândalos envolvendo as empreiteiras Odebrecht<sup>43</sup> e Segalmex<sup>44</sup> os quais ilustram a incapacidade do Judiciário em enfrentar elites corruptas e proteger os direitos das vítimas. Esse cenário reforça a percepção de que o sistema serve mais aos interesses de poucos do que à justiça para a população, contribuindo para a pior avaliação histórica do país em índices de combate à impunidade.<sup>45</sup>

---

<sup>42</sup>NORD, Marina et al. **Informe sobre la democracia 2024**: la democracia gana y pierde en las urnas. Gotemburgo: Instituto V-Dem, Universidad de Gotemburgo, 2024. Acesso em: 22 maio de 2025.

<sup>43</sup>A Odebrecht, uma das maiores construtoras brasileiras, esteve em um grande escândalo de corrupção que no contexto mexicano, a empresa foi acusada de práticas ilícitas, como o pagamento de propinas a funcionários públicos e políticos, com o objetivo de obter contratos públicos e vantagens indevidas em obras e projetos de infraestrutura.

<sup>44</sup>Segalmex (*Seguridad Alimentaria Mexicana*) foi criada em para garantir a segurança alimentar e apoiar pequenos produtores no México, mas tornou-se alvo de um grande escândalo de corrupção envolvendo desvios milionários em contratos de compra de alimentos e fertilizantes, como a compra irregular de açúcar e carne, além de fraudes em pesticidas.

<sup>45</sup>TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **2024 Corruption Perceptions Index**: Corruption fuels environmental crime across the Americas. 11 fev. 2025 Acesso em: 22 maio de 2025.

O México tem exibido características de um modelo que o cientista político Guillermo O'Donnell<sup>46</sup> chamou de “democracia delegativa”. Nesse formato, o presidente se apresenta como o representante absoluto da vontade nacional, enquanto enfraquece deliberadamente os mecanismos de freios e contrapesos: a independência do Judiciário, o papel do Legislativo e a liberdade da imprensa. A resposta dos governos à violência tem sido, frequentemente, a adoção de medidas excepcionais e autoritárias como decretos presidenciais que suspendem garantias legais que não atacam as causas profundas dos problemas, mas restringem direitos civis e concentram poder no Executivo.<sup>47</sup>

Além disso, a questão migratória tornou-se um ponto crucial nas relações bilaterais e um indicador da crise estrutural que o país enfrenta. A resposta do Estado mexicano tem sido marcada por políticas de contenção e pela militarização da fronteira sul. Nesse sentido, pode-se citar o programa “Permanecer no México”, que exige que solicitantes de asilo aguardem no lado mexicano da fronteira enquanto seus pedidos são processados nos EUA. Entretanto, essa abordagem resultou na em condições adversas para os imigrantes nas regiões fronteiriças, incluindo exposição à violência e violações de direitos humanos.<sup>48</sup>

---

<sup>46</sup>Guillermo O'Donnell (1936–2011) foi um cientista político argentino, referência mundial em estudos sobre democracia, autoritarismo e governabilidade na América Latina. Ele é especialmente conhecido por seus conceitos de “democracia delegativa” e “controle burocrático do poder”, que ajudam a entender os desafios das democracias na região, tornando-se essencial para análises políticas e sociais do continente.

<sup>47</sup>NORD, Marina et al. **Informe sobre la democracia 2024**: la democracia gana y pierde en las urnas. Gotemburgo: Instituto V-Dem, Universidad de Gotemburgo, 2024. Acesso em: 22 maio de 2025.

<sup>48</sup>HUMAN RIGHTS WATCH. **“Remain in Mexico”**. Acesso em: 22 maio de 2025.

Também é relevante o episódio que em 2019, sob pressão dos Estados Unidos, o governo mexicano criou a Guarda Nacional, composta majoritariamente por militares, e a mobilizou para reforçar o controle migratório na fronteira com a Guatemala. Essa medida visava conter o fluxo de migrantes em direção aos EUA e atender às exigências do governo norte-americano.<sup>49</sup>

Acerca disso, a Suprema Corte Mexicana considerou inconstitucionais as abordagens migratórias baseadas em perfis raciais, mas tais práticas continuam. A crise migratória, portanto, não é apenas um desafio humanitário ou diplomático, mas um sintoma claro das carências institucionais do México e de sua democracia delegativa. Ao falhar em oferecer proteção, justiça e dignidade tanto a seus cidadãos quanto aos migrantes, o país evidencia os limites de seu regime democrático diante das pressões externas e da erosão interna de seus valores constitucionais.<sup>50</sup>

## 2.5 GRANADA

Granada é um país insular localizado no sul do mar do Caribe. Faz parte das Pequenas Antilhas e compreende, além da ilha principal, ilhotas como Carriacou e Petite Martinique. Ao norte, limita-se com São Vicente e Granadinas; ao sul, com Trinidad e Tobago; e, a oeste, está próxima da costa da Venezuela. Por estar posicionada em uma região

---

<sup>49</sup>ISACSON, Adam et al. **Mexico's Crackdown on Migration at its Southern Border**. Washington Office on Latin America (WOLA), 5 abril de 2020. Acesso em: 24 maio de 2025.

<sup>50</sup>MATTIACE, Tyler. **Mexico's Supreme Court Bans 'Random' Immigration Checks**. Human Rights Watch, 26 maio 2022. Acesso em: 22 maio de 2025.

de intersecção entre o Caribe e o norte da América do Sul, sua localização estratégica facilita conexões marítimas e aéreas com países caribenhos e latino-americanos, inserindo Granada em rotas comerciais e turísticas de destaque regional.<sup>51</sup>

Atualmente, a organização política de Granada obedece a um regime parlamentar. Embora reconheça simbolicamente o monarca britânico como chefe de Estado e integre a Commonwealth<sup>52</sup>, é por meio de autoridades nacionais que se exercem, na prática, as funções de governo. O primeiro-ministro, escolhido entre os membros do Parlamento, exerce a liderança do Executivo e assume papel central na formulação e implementação das políticas públicas. No entanto, apesar da aparente estabilidade, o sistema político enfrenta obstáculos à representatividade, como a baixa alternatividade de lideranças e a pouca abertura a novas correntes de pensamento, o que limita a diversidade democrática.<sup>53</sup>

Desde sua independência do Reino Unido, em 1974, a história política de Granada passou a ser marcada pela permanência de estruturas herdadas do período colonial, que continuou a influenciar

---

<sup>51</sup>CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**: Grenada. Acesso em: 07 maio de 2025.

<sup>52</sup>A Commonwealth é uma organização intergovernamental composta majoritariamente por ex-colônias britânicas, que mantém laços históricos, culturais e políticos com o Reino Unido. Embora não configure uma união política ou econômica formal, a Commonwealth promove a cooperação entre seus membros, com base em princípios como a democracia, o desenvolvimento sustentável e o respeito aos direitos humanos.

<sup>53</sup>CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**: Grenada. Acesso em: 07 maio de 2025.

suas estruturas institucionais, padrões de governança e relações externas. A transição para a soberania nacional ocorreu sem a reestruturação efetiva das bases institucionais, o que permitiu a continuidade de lógicas autoritárias e a concentração de poder nas mãos de grupos tradicionais. Nesse contexto, a ausência de um processo efetivo de redistribuição de poder e de fortalecimento institucional deixou o país vulnerável a ciclos de instabilidade e a interferências externas.<sup>54</sup>

Assim, a trajetória política de Granada é marcada por instabilidade interna e forte interferência externa, que moldaram suas instituições e limitaram o exercício pleno da soberania. Nesse quadro, após a sua independência formal, o país foi inicialmente governado por Eric Gairy, em um regime amplamente denunciado por autoritarismo, repressão e uso político das forças de segurança, contexto que muitos autores descrevem como uma ditadura civil, sustentada por clientelismo e violência estatal. Esse cenário gerou crescente insatisfação popular e criou as condições para a eclosão da Revolução de 1979.<sup>55</sup>

Liderada por Maurice Bishop, a Revolução de 1979 representou uma tentativa concreta de romper com a lógica de dependência que até então marcava a política de Granada. Com esse propósito, o novo governo promoveu reformas sociais, ampliou os investimentos em saúde

---

<sup>54</sup>ÁVILA, Carlos Federico Domínguez. Democracia y liberación nacional en el Caribe: el caso de Granada (1979-1983). **Revista Brasileira do Caribe**. Acesso em: 13 maio de 2025.

<sup>55</sup>DA SILVA, Paulo Roberto Costa; DOS SANTOS, Anderson Alves; CRISTI, Miguel Ahumada. A revolução de granada e a participação de Paulo Freire no movimento revolucionário. **Revista Espirales**, v. 8, n. 2, p. 83-111, 2024. Acesso em: 18 maio de 2025.

e educação e estreitou relações com países comunistas como Cuba e Nicarágua, medidas que rapidamente despertaram a desconfiança dos Estados Unidos.<sup>56</sup>

Apesar de adotar práticas autoritárias em alguns aspectos, a administração de Bishop mantinha amplo apoio popular. No entanto, o processo revolucionário foi abruptamente interrompido em 1983, após um golpe interno que levou à execução de Bishop e à subsequente invasão militar norte-americana, sob a justificativa de conter o avanço comunista no Caribe.<sup>57</sup>

A Operação Fúria Urgente<sup>58</sup>, conduzida pelos EUA, resultou na ocupação de Granada e na imposição de uma administração interina com orientação pró-ocidental. Apesar da retórica de restauração da ordem democrática, a intervenção reafirmou a vulnerabilidade de pequenos Estados insulares frente à lógica geopolítica das potências e representou um retrocesso no processo de autodeterminação política do país. A repressão a antigos apoiadores do governo revolucionário e a substituição da agenda transformadora por um modelo conservador marcaram profundamente o período pós-intervenção.<sup>59</sup>

---

<sup>56</sup>ZIMMERMANN, Matilde. A Revolução Nicaraguense. Unesp, 2002. Acesso em: 18 maio de 2025.

<sup>57</sup>**Ibidem.**

<sup>58</sup>ZIMMERMANN, Matilde. A Revolução Nicaraguense. Unesp, 2002. Acesso em: 18 maio de 2025.

<sup>59</sup>PAYNE, Anthony; SUTTON, Paul; THORNDIKE, Tony. **Grenada**: Revolution and invasion. Routledge, 2022. Acesso em: 18 maio de 2025.

No período pós-intervenção, Granada passou por um processo de transição supervisionado que moldou sua nova ordem institucional. Embora tenham sido realizadas eleições e restabelecido um regime democrático formal, o redesenho do sistema político ocorreu sob forte influência externa, priorizando a estabilidade econômica e o alinhamento aos interesses dos Estados Unidos e do bloco caribenho. Esse cenário dificultou o aprofundamento de reformas progressistas iniciadas na revolução e limitou o espaço para o surgimento de novas lideranças com projetos alternativos. Assim, o regime democrático que emergiu no pós-1983 carregava em sua base a marca da tutela internacional e da continuidade conservadora.<sup>60</sup>

Nas últimas décadas, o campo político de Granada tem sido dominado por partidos políticos que limitam a presença de correntes ideológicas alternativas nas instâncias de poder. O debate público tende a se concentrar em pautas voltadas à estabilidade econômica e à manutenção da ordem institucional, enquanto agendas voltadas à justiça social, reforma agrária e redistribuição de renda ainda enfrentam resistência ou baixa visibilidade no espaço legislativo. Embora movimentos sociais tentem ampliar a discussão sobre temas progressistas, a estrutura política vigente limita o avanço dessas propostas, de modo que essa baixa circulação de ideias no ambiente institucional compromete a vitalidade democrática.<sup>61</sup>

---

<sup>60</sup>**Ibidem.**

<sup>61</sup> LEWIS, Patsy. **Revisiting the Grenada invasion: the OECS' role, and its impact on regional and international politics.** Social and Economic Studies. Acesso em: 21 maio de 2025.

No cenário regional, Granada ocupa uma posição diplomática estável, porém de baixa influência, atuando majoritariamente em alinhamento com os consensos estabelecidos por blocos caribenhos e instituições hemisféricas. Essa limitação de projeção externa, associada à cautela diplomática, revela os desafios enfrentados por pequenos Estados insulares na construção de uma atuação internacional mais autônoma e comprometida com transformações estruturais no plano regional.<sup>62</sup>

## 2.6 JAMAICA

A Jamaica, terceiro país anglófono mais populoso do continente americano, possui uma população estimada em 2,9 milhões de habitantes e uma área territorial de 10,991 km<sup>2</sup>. É uma ilha localizada no mar do Caribe, próxima de Cuba ao norte e do Haiti e da República Dominicana a leste.<sup>63</sup>

Colonizada inicialmente pelos espanhóis no século XVI e, posteriormente, pelos britânicos, tornou-se independente apenas em 1962, mantendo-se como membro da Commonwealth e reconhecendo formalmente o monarca britânico como chefe de Estado. Seu sistema político é parlamentarista, com divisão de poderes e eleições regulares, embora enfrente grandes desafios sociais e institucionais.<sup>64</sup>

---

<sup>62</sup>**Ibidem.**

<sup>63</sup>CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**: Uruguay. Acesso em: 15 de maio de 2025.

<sup>64</sup>PORTAL LATINO-AMERICANO USP. **Jamaica** (espanhol). Universidade de São Paulo. Acesso em: 17 maio de 2025.

Desde o período colonial, a Jamaica foi palco de lutas sociais intensas, marcadas por rebeliões de pessoas escravizadas e, posteriormente, por movimentos abolicionistas. Após a emancipação, no século XIX, a população negra marginalizada organizou-se em torno de movimentos culturais e políticos, culminando, no século XX, na ascensão de lideranças vinculadas tanto ao movimento sindical quanto à luta anticolonial e antirracista.<sup>65</sup>

A democracia jamaicana é baseada no modelo parlamentar do tipo Westminster, com um Primeiro-Ministro à frente do governo e um Parlamento bicameral. Apesar de possuir instituições políticas estáveis e um processo eleitoral considerado sólido, o país enfrenta desafios crônicos ligados à corrupção sistêmica, à violência urbana e à desigualdade social, que afetam diretamente a eficácia das políticas públicas e a confiança nas instituições democráticas.<sup>66</sup>

Desde a independência, os dois principais partidos políticos do país têm alternado no poder. No entanto, essa disputa foi, ao longo das décadas, marcada por clientelismo, patronagem e fortes vínculos entre organizações criminosas e facções partidárias, especialmente em comunidades marginalizadas dos centros urbanos. A década de 1970 foi um marco de intensa polarização política, exacerbada pelo contexto da Guerra Fria e pelas disputas ideológicas que chegaram a mobilizar

---

<sup>65</sup>**Ibidem.**

<sup>66</sup>PORTAL LATINO-AMERICANO USP. **Jamaica** (espanhol). Universidade de São Paulo. Acesso em: 17 maio de 2025.

milícias armadas associadas aos partidos, provocando centenas de mortes em períodos eleitorais.<sup>67</sup>

Neste cenário, a cultura jamaicana tem servido como um importante instrumento de resistência e crítica social, vocalizando as dores e lutas de um povo historicamente marcado por heranças coloniais e escravidão. Essa produção cultural atua também como elemento agregador e de denúncia contra a violência estatal, a marginalização dos setores populares e a corrupção institucional. O Reggae, enquanto expressão musical e política, é considerado uma verdadeira "pedagogia da rebelião pacífica", articulando denúncia, espiritualidade e proposta de transformação social.<sup>68</sup>

Ademais, a Jamaica desempenha um papel ativo na OEA desde sua adesão, em 1969. O país presidiu o Conselho Permanente da OEA em algumas ocasiões, incluindo de julho a setembro de 2012.<sup>69</sup>

Desse modo, a delegação da Jamaica fundamenta sua atuação no seio da OEA com base em uma trajetória histórica profundamente marcada pela resistência, pelas lutas populares e pela constante busca por justiça social. O país reconhece que a superação das heranças do colonialismo, do racismo estrutural e da exclusão social exige o fortalecimento contínuo das instituições democráticas, aliado ao

---

<sup>67</sup>BRITANNICA. **Jamaica**. Encyclopaedia Britannica. Acesso em: 17 maio de 2025.

<sup>68</sup>DE FARIAS, Tássio Ricelly Pinto; COSTA, Jean Henrique. **Da Jamaica ao Brasil: por uma história social do reggae**. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, n. 2016-03, 2016. Acesso em: 17 maio de 2025.

<sup>69</sup>MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA JAMAICA. **Jamaica and the Organization of American States (OAS)**. Acesso em: 19 maio de 2025.

combate firme à corrupção e à violência sistêmica. A memória das rebeliões antiescravistas, a centralidade dos movimentos culturais na formação de identidades críticas e o protagonismo de lideranças oriundas das camadas populares moldaram uma democracia que, embora marcada por desafios, permanece em contínua reconstrução e afirmação.

## 2.7 REPÚBLICA ARGENTINA

A Argentina, oficialmente República Argentina, é um país situado na América do Sul, fazendo fronteira ao norte com a Bolívia e o Paraguai, a leste com o Brasil, o Uruguai e o Oceano Atlântico, ao sul com o Estreito de Drake, e ao oeste com o Chile. Com uma área de 3.761.274 km<sup>2</sup> e uma população aproximada de 46 milhões de habitantes, o país se destaca por sua vasta extensão territorial e diversidade geográfica. Essa combinação confere à Argentina um papel de destaque no cenário regional e influência considerável em assuntos globais.<sup>70</sup>

Nesse contexto, desde o período colonial, a Argentina vivenciou profundas transformações políticas e sociais que moldaram sua trajetória rumo à democracia. Inicialmente parte do Vice-Reino do Rio da Prata, sob domínio espanhol, o país iniciou seu processo de independência em 1810, com a Revolução de Maio, e declarou-se oficialmente independente em 1816.<sup>71</sup> O século XIX foi marcado por

---

<sup>70</sup>ARGENTINA. **Argentina, nuestro país**. Acesso em: 20 maio de de 2025.

<sup>71</sup>PITA, Federico. **Independência, liberdade e escravidão na Argentina**. Acesso em 20 maio de 2025.

disputas internas entre projetos centralizadores e federalistas, guerras civis e o desafio da construção de um Estado nacional unificado.

Dessa forma, após a consolidação do Estado em 1862, a Argentina viveu uma era de modernização e crescimento econômico, impulsionada pela imigração europeia e pela exportação de produtos agrícolas, porém, a estabilidade política foi constantemente interrompida por conflitos entre civis e militares, que culminaram em uma série de golpes de Estado ao longo do século XX, impedindo o amadurecimento de instituições democráticas.<sup>72</sup>

Logo após, é necessário mencionar a ascensão do Peronismo, movimento político que surgiu a partir da ascensão de Juan Domingo Perón ao poder em 1946. Fundamentado nos pilares da justiça social, da independência econômica e da soberania política, o movimento buscou articular os interesses das classes trabalhadoras com um Estado intervencionista e nacionalista. Sua base social foi construída a partir da mobilização sindical e do protagonismo de Eva Perón, que ampliou a dimensão popular do projeto. Contudo, ao longo do tempo, o peronismo fragmentou-se em diversas correntes, oscilando entre políticas progressistas e neoliberais.<sup>73</sup>

A partir de meados do século XX, a alternância entre governos democráticos e regimes militares intensificou-se, especialmente durante a última ditadura militar (1976–1983), um período marcado por graves

---

<sup>72</sup>MONTEIRO, Alexandre Borella. **Argentina:** da Guerra Civil à Ascensão de Mitre. Acesso em 20 maio de 2025.

<sup>73</sup>RODRIGUEZ, Margarita Victoria. **Peronismo:** Movimento Popular Democrático ou Populismo Autoritário? (1945-1955). Acesso em 28 maio de 2025.

violações de direitos humanos, como perseguições, desaparecimentos forçados e censura. Com o retorno à democracia em 1983, liderado por Raúl Alfonsín, a Argentina iniciou um processo de reconstrução institucional e enfrentamento dos crimes do passado, simbolizado pelos históricos Julgamentos das Juntas Militares, levando agentes da sua ditadura ao banco dos réus.<sup>74</sup>

Nas décadas que se seguiram à redemocratização, a Argentina enfrentou o desafio de conciliar a ampliação das liberdades civis com a instabilidade socioeconômica recorrente. Os anos 1990 foram marcados por reformas neoliberais promovidas pelo governo de Carlos Menem, como a privatização de empresas estatais e a conversibilidade entre o peso e o dólar, que inicialmente trouxeram estabilidade, mas agravaram as desigualdades sociais e aprofundaram a dependência externa.<sup>75</sup>

Da mesma forma, a partir dos governos de Néstor Kirchner (2003–2007) e Cristina Fernández de Kirchner (2007–2015), observou-se uma ênfase em políticas voltadas para os direitos humanos, inclusão social e revalorização do papel do Estado. Foram retomadas as ações judiciais contra os responsáveis pelas violações da ditadura, além de ampliação de políticas públicas nas áreas de educação, saúde e assistência. Apesar desses avanços, a polarização política se intensificou, e

---

<sup>74</sup>SODRÉ, João Gabriel Rabello. **Memórias das Ditaduras da Argentina (1976-83) e do Chile (1973-90): Convergências em Instituições Latino Americanas**. P. 5. Acesso em 28 maio de 2025.

<sup>75</sup> SODRÉ, João Gabriel Rabello. **Memórias das Ditaduras da Argentina (1976-83) e do Chile (1973-90): Convergências em Instituições Latino Americanas**. P. 5. Acesso em 28 maio de 2025.

acusações de corrupção passaram a comprometer a confiança da população nas instituições.<sup>76</sup>

Nos dias atuais, é necessário trazer à tona as eleições de Javier Milei à presidência da Argentina, nos anos de 2023 e 2025, gerando uma guinada significativa no cenário político nacional e sinalizando uma nova fase na história democrática do país. Com um discurso fortemente antiestatista, liberal na economia e combativo nas formas, o atual presidente atraiu setores jovens e urbanos, prometendo um choque de austeridade fiscal, desregulamentação da economia e a dolarização da moeda como forma de combater a instabilidade financeira crônica do país.<sup>77</sup>

Certamente, sua eleição refletiu diretamente no enfraquecimento dos partidos tradicionais, que alternavam-se no poder nas últimas décadas sem conseguirem resolver os problemas estruturais da Argentina. No entanto, a ascensão de Milei levanta preocupações e debates sobre os limites do discurso político na democracia, devido ao seu estilo confrontador, à rejeição de consensos históricos e à promessa de reformas drásticas com impactos sociais profundos. Embora eleito democraticamente, sua agenda liberal radical e sua relação tensa com setores do Congresso, do Judiciário e da imprensa desafiam os

---

<sup>76</sup>CANDEAS, Alessandro. **A integração Brasil-Argentina**. História de uma ideia na “visão do outro”. P. 236. Acesso em 20 maio de 2025.

<sup>77</sup>SETA, Isabel. **Javier Milei**: quem é e quais são as propostas do presidente eleito da Argentina. Acesso em 20 maio de 2025.

mecanismos tradicionais de governabilidade e o equilíbrio entre os poderes.<sup>78</sup>

Por fim, a Argentina segue como uma democracia consolidada em termos formais, com eleições regulares, liberdade de imprensa e um sistema judiciário atuante. No entanto, o país ainda lida com desafios estruturais, como a inflação crônica, o endividamento externo, a pobreza crescente e a fragilidade institucional frente à corrupção e ao crime organizado. O ambiente político permanece altamente polarizado, o que dificulta consensos duradouros e políticas de Estado consistentes.

## 2.8 REPÚBLICA DA COLÔMBIA

A República da Colômbia está localizada no noroeste da América do Sul. É o 26º maior país do mundo em extensão territorial e o 4º maior do continente sul-americano. Sua geografia é bastante variada, incluindo cordilheiras, planícies, florestas amazônicas e litorais banhados tanto pelo Oceano Pacífico quanto pelo Mar do Caribe. Compartilha fronteiras terrestres ao sul com o Brasil, o Equador e o Peru, e ao norte com a Venezuela e o Panamá. A Colômbia adota o regime de república presidencialista e possui uma população de aproximadamente 52,8 milhões de habitantes, distribuídos em 32 departamentos administrativos e um distrito capital.<sup>79</sup>

---

<sup>78</sup>ALONSO, Juan Francisco. **O que é a ideologia libertária que Javier Milei, candidato à Presidência na Argentina, diz seguir**. Disponível em: G1. Acesso em 20 maio de 2025.

<sup>79</sup>ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. **Colombia**. Acesso em: 21 maio de 2025.

A história da Colômbia é marcada por uma sucessão de conflitos internos desde sua formação como Estado nacional, tendo em vista que seu processo de independência, no início do século XIX, ocorreu por meio de guerras civis contra o domínio espanhol. Nesse sentido, em 1810, o ano em que foi promulgada a primeira constituição da Colômbia, o país enfrentou violentas disputas protagonizadas por dois pólos da elite colombiana, os quais se dividiram entre federalistas e centralistas, resultando em múltiplas guerras civis que perduraram até 1886.<sup>80</sup>

O século XX foi marcado pelos dois episódios mais sangrentos da história do país. Sendo o primeiro destes, a Guerra dos Mil Dias, no intervalo de 1899 a 1902, em que devido a grave crise econômica instaurada no país, os dois principais partidos políticos da Colômbia disputavam de forma intensa o controle do governo colombiano. Nessa conjuntura, cabe destacar que o poder público, formado pelo partido conservador que estava no poder há décadas, adotou uma postura autoritária, reprimindo adversários políticos e conduzindo eleições fraudulentas. Diante disso, o partido liberal iniciou levantes armados em várias regiões do país a partir de outubro de 1899.<sup>81</sup>

O conflito logo se espalhou, assumindo proporções nacionais, com combates em diversas frentes e a participação de guerrilhas, exércitos regulares e até mesmo forças estrangeiras. Durante três anos, o país

---

<sup>80</sup>VILLA, Rafael Duarte; VIANA, Manuela Trindade. Internacionalização pelo envolvimento de atores externos no conflito colombiano: atuação da OEA na desmobilização de grupos paramilitares na Colômbia. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, p. 365–403, 2012. Acesso em: 22 maio de 2025.

<sup>81</sup>MULZA, Giovana Eloá Mantovani. Por uma história crítica da Colômbia (1853-1953). **Revista Sem Aspas**, Araraquara, v. 8, n. 2, p. 193–208, jul./dez. 2019. Acesso em: 22 maio de 2025.

mergulhou em uma espiral de violência, fome e destruição. Estima-se que entre 100 mil e 150 mil pessoas tenham morrido durante o conflito, a maioria civis.<sup>82</sup>

Ademais, é necessário destacar, o período de *La Violencia*, que ocorreu entre 1948 e 1958, essa guerra civil não declarada foi marcada por confrontos brutais entre militantes dos partidos Liberal e Conservador, com origens nas filiações políticas dos cidadãos e agravada por tensões sociais e econômicas. A violência se espalhou principalmente pelas zonas rurais, onde os civis foram as maiores vítimas, haja vista que sofreram perseguições, expropriações forçadas, assassinatos e chacinas. A violência não era apenas partidária, misturava interesses econômicos, vinganças pessoais e lutas por território.<sup>83</sup>

Desse modo, cabe mencionar que o *La Violencia* deixou um saldo de mais de 200 mil mortos e abriu caminho para profundas mudanças na estrutura política colombiana. Em resposta ao caos, foi instaurado a Frente Nacional, um pacto entre liberais e conservadores para alternância pacífica no poder, mas que excluiu outras forças políticas, contribuindo para a radicalização de novos grupos armados.<sup>84</sup>

Nesse viés, é importante evidenciar que um dos desdobramentos mais importantes desse período foi a formação das autodefesas civis, compostas por grupos que fugiram para as florestas para escapar da

---

<sup>82</sup>**Ibidem.**

<sup>83</sup>**Ibidem.**

<sup>84</sup>GRISALES, Sandra Patrícia Arenas. Colômbia: a memória em meio à guerra. **Tempo Social**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 5–26, nov. 2013. Acesso em: 22 maio de 2025..

repressão e da violência estatal e paramilitar. Essas autodefesas deram origem, posteriormente, às *Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia* (FARC), que se tornaram o principal grupo guerrilheiro do país.<sup>85</sup>

Nesse contexto, é mister ressaltar que apesar da ausência de ditaduras militares formais, como em outros países latino-americanos, a Colômbia entrou em um ciclo de violência armada prolongada. Desde a década de 1950, o país vive um paradoxo: enquanto mantém instituições eleitorais relativamente estáveis, enfrenta uma crise de soberania, especialmente em áreas onde o Estado é fraco ou ausente.<sup>86</sup>

Dessa maneira, é importante destacar que no amplo processo de internacionalização da paz na Colômbia, a atuação da OEA ocupou um espaço de destaque complementar ao protagonismo exercido por atores como os Estados Unidos, a União Europeia e a ONU.<sup>87</sup>

A partir de 2004, por solicitação do governo colombiano, a OEA passou a participar formalmente do processo, por meio da criação da Missão de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia (MAPP/OEA). Esta missão foi encarregada de acompanhar e verificar a desmobilização de grupos paramilitares, particularmente no contexto das negociações com as *Autodefesas Unidas da Colômbia* (AUC), além de monitorar aspectos

---

<sup>85</sup>**Ibidem.**

<sup>86</sup>**Ibidem.**

<sup>87</sup>VILLA, Rafael Duarte; VIANA, Manuela Trindade. Internacionalização pelo envolvimento de atores externos no conflito colombiano: atuação da OEA na desmobilização de grupos paramilitares na Colômbia. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, p. 365–403, 2012. Acesso em: 22 maio de 2025.

relacionados à reintegração de ex-combatentes e à situação de direitos humanos em zonas afetadas pelo conflito.<sup>88</sup>

Portanto, ao analisar cabe evidenciar que a República da Colômbia possui como finalidade a colaboração internacional com foco no fortalecimento do multilateralismo, a ênfase em direitos humanos, bem como a redução da dependência de políticas antidrogas centradas na repressão armada e restaurar relações diplomáticas com países com a democracia fragilizada. Ademais, a nação tem reforçado sua liderança em fóruns latino-americanos e debatido acerca da revitalização da MAPP/OEA.<sup>89</sup>

## 2.9 REPÚBLICA DA COSTA RICA

Localizada na América Central, entre o Mar do Caribe e o Oceano Pacífico, a República da Costa Rica faz fronteira com a Nicarágua ao norte e com o Panamá ao sul. Com uma população de aproximadamente 5 milhões de habitantes, é uma nação governada sob o regime republicano presidencialista e, historicamente, marcada pelo teor de estabilidade democrática e organização institucional.<sup>90</sup>

Outrossim, em 1821, a Costa Rica e alguns outros países latino-americanos, como Guatemala e Honduras, assinaram a Ata de

---

<sup>88</sup>VILLA, Rafael Duarte; VIANA, Manuela Trindade. Internacionalização pelo envolvimento de atores externos no conflito colombiano: atuação da OEA na desmobilização de grupos paramilitares na Colômbia. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, p. 365–403, 2012. Acesso em: 22 maio de 2025.

<sup>89</sup>**Ibidem.**

<sup>90</sup>CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**: Costa Rica. Acesso em: 15 maio de 2025.

Independência da América Central para consolidar o término da exploração espanhola na região. Embora a adoção do caráter independente tenha surgido de modo pacífico, os costarriquenhos não foram poupados de conflitos posteriormente.<sup>91</sup>

Ademais, a Guerra Civil de 1948, desencadeada por fraudes eleitorais e disputas ideológicas entre conservadores e reformistas, foi fundamental para o avanço político do país, uma vez que a chamada Segunda República, consagrada pela Constituição de 1949, estabeleceu a criação de instituições autônomas, o fortalecimento do sufrágio universal e a constitucionalização da educação pública gratuita.<sup>92</sup>

Nesse sentido, ao abolir as forças armadas em 1949, após a guerra civil, a Costa Rica se solidificou como uma das democracias mais estáveis da América Latina, posto que redirecionou suas políticas para atender as necessidades nacionais e fortaleceu suas instituições com investimentos sociais.<sup>93</sup>

Convém salientar que, apesar da imagem estável e organizada, o país está suscetível aos desafios que comprometem a estabilidade absoluta. Isso posto, na última década a nação costarriquenha tem enfrentado questões internas que acentuam a vulnerabilidade institucional, sejam

---

<sup>91</sup>SOLANO, Pablo Augusto Rodríguez. **DERECHO NATURAL EN COSTA RICA (1821-1823)**: una revisión crítica del proceso de independencia y formación de los estados en centroamérica. Una revisión crítica del proceso de independencia y formación de los estados en centroamérica. 2012. Acesso em: 15 maio de 2025.

<sup>92</sup>MURILLO, Álvaro. **Sete décadas do fim do Exército na Costa Rica**: uma decisão rentável. uma decisão rentável. Acesso em: 15 maio de 2025.

<sup>93</sup>MURILLO, Álvaro. **Sete décadas do fim do Exército na Costa Rica**: uma decisão rentável. uma decisão rentável. Acesso em: 15 maio de 2025..

elas a polarização ideológica e partidária, as desigualdades sociais e a desconfiança nas instituições públicas por parte da sociedade.<sup>94</sup>

Não obstante, a fragmentação na representação política é o atual fato gerador da crise na Costa Rica, de maneira que se manifesta na crescente desconfiança da população em relação aos partidos tradicionais e na ascensão de *outsiders* políticos<sup>95</sup>. É sob essa lógica que o atual presidente, Rodrigo Chaves, foi eleito, haja vista que seu discurso construiu-se nas críticas às elites políticas tradicionais e na defesa anticorrupção. Seu governo tem sido caracterizado por tensão constante com a imprensa, com o Poder Judiciário e com setores da sociedade civil.<sup>96</sup>

Outro fator de instabilidade interna refere-se à crescente influência do narcotráfico e da criminalidade organizada, fenômenos historicamente associados aos outros países latino-americanos, mas que nos últimos anos passaram a afetar significativamente a Costa Rica. O país deixou de ser apenas rota de passagem para se tornar também ponto de armazenamento e distribuição de entorpecentes, o que impacta diretamente a segurança pública.<sup>97</sup>

---

<sup>94</sup>MURILLO, Álvaro. **Sete décadas do fim do Exército na Costa Rica**: uma decisão rentável. uma decisão rentável. Acesso em: 15 maio de 2025.

<sup>95</sup>Os **outsiders** políticos são indivíduos que constroem suas carreiras sem qualquer relação com os partidos já estabelecidos ou que não possuem experiência na política.

<sup>96</sup>VÍLCHEZ, Dánae. **Costa Rica's new president threatens women's and LGBTIQ rights**. Acesso em: 16 maio de 2025.

<sup>97</sup>HABIB, Maria Abi. **Costa Rica**: como um país paradisíaco virou ponto de disputa para o narcotráfico. como um país paradisíaco virou ponto de disputa para o narcotráfico. Acesso em: 16 maio de 2025.

À vista disso, a crise fiscal também constitui um dos principais desafios internos da nação costarriquenha. O déficit público crônico e o aumento da dívida externa fragilizam a capacidade do Estado de manter políticas públicas eficazes, especialmente em áreas como saúde, educação e infraestrutura. Desse modo, a tensão entre a dificuldade econômica e as necessidades sociais evidenciam o enfraquecimento democrático.<sup>98</sup>

No que concerne ao cenário internacional, a Costa Rica mantém uma diplomacia ativa, na defesa da democracia, dos direitos humanos e da resolução pacífica de conflitos. Todavia, a imagem externalizada de estabilidade contrasta com as crescentes pressões internas, demonstrando que o país enfrenta desafios que ameaçam a continuidade do seu modelo político.<sup>99</sup>

Portanto, embora a República da Costa Rica ainda se destaque como exceção em meio ao histórico de instabilidades latino-americanas, os sintomas de uma possível crise se fazem presentes. Nesse viés, a estabilidade não é absoluta, de forma que pode ser refém, a qualquer momento, das mesmas tensões que marcam a América Latina desde o século XX: desigualdade social, vulnerabilidade econômica, polarização ideológica e fragilidade institucional.<sup>100</sup>

---

<sup>98</sup>WORLD BANK. **O Banco Mundial na Costa Rica**. Acesso em: 17 maio de 2025.

<sup>99</sup>GUIARO, Isabela. **Abolição do exército na Costa Rica e cultura do pacifismo**. Acesso em: 17 maio de 2025.

<sup>100</sup>**Ibidem**.

## 2.10 REPÚBLICA DA GUATEMALA

A República da Guatemala está localizada na América Central, fazendo fronteira com o México ao norte e oeste, Belize ao nordeste, Honduras ao leste e El Salvador ao sudeste. Sua capital é a Cidade da Guatemala, uma das mais populosas da região. Com uma herança marcada pela civilização maia e por uma guerra civil que perdurou por 36 anos, o país ocupa uma posição estratégica no istmo centro-americano, funcionando como elo entre o norte e o sul do continente. Apesar de seu potencial geopolítico, a Guatemala integra o conjunto de países latino-americanos marcados por conflitos armados, intervenções externas e instituições frágeis, fatores que dificultam a consolidação de uma democracia sólida e funcional.<sup>101</sup>

Nesse contexto, o cenário político da Guatemala nas últimas décadas tem sido marcado por sucessivas crises institucionais, escândalos de corrupção e altos níveis de descrédito da população em relação ao sistema político. Além disso, presidentes eleitos com promessas de renovação democrática enfrentaram acusações de desvio de verbas, vínculos com organizações criminosas e interferência indevida em órgãos de controle. A instabilidade é agravada pela fragilidade do Judiciário, frequentemente acusado de seletividade e de ser manipulado por interesses políticos e econômicos. Embora eleições continuem a ser

---

<sup>101</sup>CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**: Guatemala. Acesso em: 22 maio de 2025.

realizadas, a percepção de que o sistema está capturado por elites conservadoras e corruptas compromete a legitimidade democrática.<sup>102</sup>

A Guatemala é uma república presidencialista, organizada sob a divisão clássica dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. No entanto, sua estrutura política revela fragilidades significativas, especialmente diante da influência desproporcional exercida por elites conservadoras, setores empresariais e militares sobre as instituições estatais. Essa concentração de poder compromete a autonomia institucional e dificulta a construção de um sistema político verdadeiramente representativo. Com isso, o distanciamento entre governo e sociedade se aprofunda, prejudicando a credibilidade do regime democrático.<sup>103</sup>

Historicamente, a instabilidade democrática da Guatemala tem raízes profundas em seu passado colonial, autoritário e violento. Após décadas de ditaduras ao longo do século XX, o país mergulhou em uma das guerras civis mais longas da América Latina, que durou de 1960 a 1996 e deixou mais de 200 mil mortos. Esse cenário foi precedido pela intervenção norte-americana de 1954, que depôs um governo democrático e instaurou um ciclo de regimes autoritários, contribuindo para a desestabilização política e social. Durante o conflito armado, sucessivos governos promoveram repressão sistemática contra

---

<sup>102</sup>SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **Guatemala no século XXI: a contrainsurgência permanente**. Revista Katálisis, Florianópolis, 2023. Acesso em: 14 maio de 2025.

<sup>103</sup>**Ibidem.**

opositores, povos indígenas e movimentos sociais, criando um legado de medo, fragmentação política e desconfiança institucional.<sup>104</sup>

Mesmo após o fim do conflito, com a assinatura dos acordos de paz em 1996, o país não conseguiu reconstruir plenamente suas instituições democráticas nem garantir justiça e inclusão. As estruturas de poder herdadas da guerra, muitas vezes associadas a redes de corrupção, clientelismo e militarização, continuam atuando nos bastidores da política guatemalteca.<sup>105</sup>

Atualmente, o governo eleito sustenta um discurso de renovação democrática e combate à corrupção, tentando romper com a lógica tradicional da política guatemalteca. Ao defender a transparência e o fortalecimento institucional, passou a enfrentar resistência imediata de setores que historicamente controlam o Estado. Tornou-se alvo de ataques coordenados por grupos que integram o chamado “Pacto de Corruptos”<sup>106</sup>, com influência sobre instituições-chave como o Ministério Público e o Tribunal Supremo Eleitoral. A estratégia desses grupos tem sido deslegitimar o governo por meios formais e semiformalizados, criminalizar aliados e bloquear iniciativas, esvaziando progressivamente sua capacidade de governar.<sup>107</sup>

---

<sup>104</sup>NGULO BRENES, Sonia. **Tempo e memória: os relatórios de verdade e justiça. O caso da Guatemala.** Cuadernos Inter.cambio sobre Centroamérica y el Caribe. Acesso em: 14 maio de 2025.

<sup>105</sup>**Ibidem.**

<sup>106</sup>SÁNCHEZ, Omar. **Elecciones 2019 en Guatemala: oferta electoral truncada.** Foro Cubano-Divulgación. Acesso em: 22 maio de 2025.

<sup>107</sup>**Ibidem.**

No plano internacional, a Guatemala mantém compromissos formais com a democracia e os direitos humanos. No entanto, sua atuação prática tem gerado questionamentos, especialmente diante de episódios que envolvem pressões sobre o Judiciário e instituições de controle. Diante disso, a comunidade internacional tem cobrado maior coerência entre discurso e prática. Nesse cenário, o país enfrenta o desafio de alinhar sua política interna aos compromissos assumidos, a fim de recuperar credibilidade, atrair cooperação e reforçar sua presença no contexto latino-americano.<sup>108</sup>

## 2.11 REPÚBLICA DA NICARÁGUA

A República da Nicarágua é um país localizado na América Central, fazendo fronteira com o Mar do Caribe e o Oceano Pacífico Norte, entre a Costa Rica e Honduras, possuindo 6.676.948 habitantes, divididos em um território de 110.860 km<sup>2</sup>. O país se destaca por sua rica diversidade natural, histórica e cultural, marcada por influências indígenas e afro-caribenhas.<sup>109</sup>

A Nicarágua obteve sua autonomia frente à colonização espanhola no ano de 1821, entretanto, seu status de independência não foi capaz de eliminar a intervenção estrangeira na região. Por meio de acordos comerciais conhecidos por Convênios Dawson<sup>110</sup>, firmados com os

---

<sup>108</sup>**Ibidem.**

<sup>109</sup>CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**: Nicaragua. Acesso em 30 maio de 2025.

<sup>110</sup>Por meio dos Convênios Dawson, a Nicarágua concedeu aos Estados Unidos o seu Banco Central, sua Alfândega e as estradas de ferro, como garantia de um empréstimo feito, em 1911, pelo então presidente do país general Estada. Confere:

Estados Unidos, a Nicarágua concedeu aos norte-americanos o domínio dos setores econômicos mais estratégicos e rentáveis de sua economia, criando assim uma relação de subordinação que os acompanharia nos anos seguintes. Este cenário, somado à forte repressão estadunidense, propiciou a criação de um movimento guerrilheiro que posteriormente ficaria conhecido por Sandinismo.<sup>111</sup>

Em 1937, sob apoio dos Estados Unidos, Anastasio Somoza García assume a presidência do país através de um golpe de estado, dando início, assim, à “Dinastia Somoza”, período marcado pela exclusão política e pela repressão violenta. Em paralelo, ganhou força a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), força opositora do governo e que, em 1979, promoveria a derrocada do então presidente Anastasio Somoza Debayle.<sup>112</sup>

Assim, a FSLN assume o poder por meio do Governo de Reconstrução Nacional, e, posteriormente, em 1984, instaura-se um procedimento eleitoral, o qual leva à êxito o representante do Sandinismo, Daniel Ortega. Na eleição seguinte, em 1989, Ortega é derrotado por Violeta Chamorro, entretanto, mantém sua influência no campo político da Nicarágua até sua nova eleição em 2006.<sup>113</sup>

---

FAGUNDES, Ernesto. Patria ou muerte”: os 30 anos da Revolução Sandinista. **Revista Espaço Acadêmico**, n.103, dez. 2009.

<sup>111</sup>FAGUNDES, Ernesto. Patria ou muerte”: os 30 anos da Revolução Sandinista. **Revista Espaço Acadêmico**, n.103, dez. 2009. Acesso em: 22 maio de 2025.

<sup>112</sup>**Ibidem.**

<sup>113</sup>TEIXEIRA, Bruno Andrade; DIAS, Maurício Luiz Borges Ramos; PIRES, Nicole Fava. Nicarágua em Crise: Governo de Daniel Ortega (2007-atualmente) e o Desmantelamento Democrático. **Conversas & Controvérsias**, v. 8 v. 2, set. 2021. Acesso em: 22 maio de 2025.

Com o início do Século XXI, a FSLN passa realizar acordos com seu principal opositor político, o Partido Liberal Constitucionalista (PLC), no sentido de promover a bipartidarização política no país, a fim de viabilizar maior controle desses dois partidos em instituições estatais, mediante a aprovação de leis eleitorais que dificultavam a participação de partidos pequenos em eleições municipais, e ainda, por meio da partidarização na Assembleia Nacional em duas frentes.<sup>114</sup>

Nesta conjuntura, Daniel Ortega é novamente eleito em 2006. Seu primeiro mandato já é marcado pela operacionalização das instituições nacionais: em 2010, a Suprema Corte de Justiça da Nicarágua, composta majoritariamente por juízes alinhados ao sandinismo, considerou "inaplicável" o artigo 147 da Constituição nicaraguense, que proibia a reeleição presidencial consecutiva, a fim de possibilitar a participação de Ortega no pleito eleitoral de 2011, mesmo tendo exercido o mandato anterior.<sup>115</sup>

Novamente eleito em 2011, a FSLN passa a exercer uma hegemonia política na Nicarágua, obtendo 87,5% dos cargos nas eleições municipais de 2012. Durante este segundo mandato, o presidente aumentou o seu domínio nos âmbitos estatais eleitoral, judicial, legislativo e executivo, das Forças Armadas, das organizações sociais, da FSLN e de parcela da imprensa e da elite econômica. Ao fim deste

---

<sup>114</sup>TEIXEIRA, Bruno Andrade; DIAS, Maurício Luiz Borges Ramos; PIRES, Nicole Fava. Nicarágua em Crise: Governo de Daniel Ortega (2007-atualmente) e o Desmantelamento Democrático. **Conversas & Controvérsias**, v. 8 v. 2, set. 2021. Acesso em: 22 maio de 2025..

<sup>115</sup>**Ibidem.**

mandato, utilizou-se do mesmo artifício jurídico anteriormente realizado a fim de obter uma terceira eleição.<sup>116</sup>

Novamente eleito, desta vez com sua esposa, Rosario Murillo, ocupando a função da vice-presidência, é sobretudo neste mandato que o governo de Ortega assume caráter nitidamente autoritário. Este período foi marcado por diversas manifestações contrárias ao governo, as quais foram reprimidas violentamente não somente por policiais, mas também grupos paramilitares, havendo denúncias de assassinatos, desaparecimentos forçados, torturas físicas e psicológicas.<sup>117</sup>

Para além disso, foram constatadas diversas outras violações de direitos, como por exemplo ao devido processo legal, com negação de *habeas corpus*<sup>118</sup>, restrição do acesso à livre escolha de um advogado para a defesa dos acusados e ameaças aos advogados constituídos por pessoas próximas ao governo. Por sua vez, o direito à saúde da população nicaraguense também restou prejudicado, com interrupções de serviços perto dos protestos, fechamento e isolamento de hospitais

---

<sup>116</sup>TEIXEIRA, Bruno Andrade; DIAS, Maurício Luiz Borges Ramos; PIRES, Nicole Fava. Nicarágua em Crise: Governo de Daniel Ortega (2007-atualmente) e o Desmantelamento Democrático. **Conversas & Controvérsias**, v. 8 v. 2, set. 2021. Acesso em: 22 maio de 2025.

<sup>117</sup>NAÇÕES UNIDAS. **Violaciones de Derechos Humanos y abusos en el contexto de las protestas en Nicaragua**. Genebra: Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos, ago. 2018.

<sup>118</sup>O **habeas corpus** é um instituto existente em diversos ordenamentos jurídicos, que visa corrigir situações nas quais pessoas estão sofrendo, ou sendo ameaçadas de sofrer, constrangimento ou coação ilegal. É destinado a tutelar a liberdade de locomoção do indivíduo, protegendo o direito de ir, vir, ficar ou voltar. Confere: COSTA, Fernando Antônio de Oliveira. O Instituto do Habeas Corpus. **THEMIS - Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará**, V.7 n.1 jan/jul 2009.

por parte do governo e seus grupos de apoiadores, e até mesmo instrução às equipes médicas para que negligenciassem o amparo médico a todas as pessoas que participaram dos protestos.<sup>119</sup>

Em 2021, Daniel Ortega foi reeleito Presidente da Nicarágua, exercendo o seu quarto mandato consecutivo, após a detenção de sete candidatos ao pleito eleitoral.<sup>120</sup> Dando continuidade às medidas anteriormente adotadas, seu governo atual é condenado pela comunidade internacional por seu caráter repressivo e pelo aparelhamento das instituições do Estado, sobretudo o judiciário e o sistema eleitoral do país, perpetuando um estágio democrática no país que se estende por quase duas décadas.

## 2.12 REPÚBLICA DE EL SALVADOR

A República de El Salvador é o menor país da América Central, fazendo fronteira com Honduras ao norte e leste, Guatemala ao noroeste e banhada pelo Oceano Pacífico ao sul. Embora seja uma nação pequena com aproximadamente 6,5 milhões de habitantes, El Salvador é detentora de uma raiz histórica marcada por desigualdades sociais, instabilidade política e perpetrada por atos de violência institucionalizada. Desde sua independência da Espanha em 1821, o

---

<sup>119</sup>NAÇÕES UNIDAS. **Violaciones de Derechos Humanos y abusos en el contexto de las protestas en Nicaragua**. Genebra: Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos, ago. 2018.

<sup>120</sup>G1. **Daniel Ortega conquista 4º mandato consecutivo na Nicarágua; país é um Estado policial, diz CIDH**. 2021. Acesso em: 30 maio de 2025.

país enfrentou sucessivos regimes autoritários, golpes e conflitos armados que moldaram profundamente sua estrutura sociopolítica.<sup>121</sup>

À vista disso, durante grande parte do século XX, o país enfrentou um cenário caótico de crise política, marcado inicialmente pela insurreição de 1932, chamada de *La Matanza*<sup>122</sup>. Dentre os diversos efeitos desse conflito, a consolidação do poder das forças armadas ante a nação salvadorenha e a instauração de um período duradouro de regimes militares se configuraram como as consequências mais danosas à história da nação.<sup>123</sup>

Nesse viés, é crível dizer que, a partir da década de 1970, houve uma crescente polarização política pautada na repressão militar, no autoritarismo estatal e no fortalecimento de grupos guerrilheiros, incitando o Golpe de Estado de 1979 e, por conseguinte, estimulando o início da guerra civil em 1980. Não obstante, tal conflito perdurou 12 anos e resultou na morte de mais de 75 mil pessoas, milhares de desaparecidos e incontáveis denúncias de violações de direitos humanos, conforme documentado pela Comissão da Verdade das Nações Unidas.<sup>124</sup>

---

<sup>121</sup>CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**: El Salvador. Acesso em: 13 maio de 2025.

<sup>122</sup>Ato liderado por Farabundo Martí e com a participação de camponeses e indígenas, em razão das desigualdades socioeconômicas induzidas pela elite cafeeira da época.

<sup>123</sup>GONZÁLEZ, Mirla. **Cicatriz de la memoria**: la matanza de 1932 en el salvador. La matanza de 1932 en El Salvador. Acesso em: 13 maio de 2025.

<sup>124</sup>AVILA, Domínguez; FEDERICO, Carlos. **GUERRA E PAZ EM EL SALVADOR (1979-1992)**: um estudo com fontes brasileiras. UM ESTUDO COM FONTES BRASILEIRAS. Acesso em: 14 maio de 2025.

À vista disso, mediada pela ONU, a guerra civil salvadorenha foi encerrada por intermédio dos Acordos de Paz de Chapultepec, assinados em 1992. Todavia, embora tenha estabelecido a reestruturação das forças armadas e desmobilizado as forças guerrilheiras, a cessação do conflito não erradicou integralmente as raízes estruturais e problemáticas que rodeavam o país. Isso posto, a fragilidade da transição democrática no período pós-guerra provocou o bipartidarismo e a alternância entre a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) e a Aliança Republicana Nacionalista (ARENA). No entanto, a transição para a democracia revelou-se frágil.<sup>125</sup>

Sob tal ótica, a República de El Salvador continuou refém da violência urbana, impulsionada pela atuação das *maras*, gangues criminosas. A resposta estatal a essa crise veio com a ascensão de Nayib Bukele ao poder. O modelo de governo centralizador do atual presidente gera notórias preocupações entre os organismos internacionais, uma vez que seu discurso defende políticas de segurança pública repressivas, como o plano *Mano Dura* que, embora tenha buscado conter a criminalidade, resultou nos mais diferentes tipos de violações de direitos humanos, na ameaça ao Estado de Direito e no encarceramento em massa.<sup>126</sup>

À princípio, a eleição de Bukele à presidência em 2019 representou uma ruptura com os partidos tradicionais, sendo introduzida como esperança de renovação política. Entretanto, diante de ações controladoras, como

---

<sup>125</sup>AVILA, Domínguez; FEDERICO, Carlos. **Guerra E Paz Em El Salvador (1979-1992)**: um estudo com fontes brasileiras. Um estudo com fontes brasileiras. Acesso em: 14 maio de 2025.

<sup>126</sup>GELLMAN, Mneesha. **The Democracy Crisis in El Salvador**: an overview (2019-2022). An Overview (2019-2022). Acesso em: 14 maio de 2025.

a implementação de um regime de exceção desde 2022, há diversas críticas ao seu governo que apontam um retrocesso democrático estatal.<sup>127</sup>

Desse modo, a instabilidade institucional salvadorenha reflete-se também no âmbito internacional. A OEA, por meio da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), já expressou preocupação com os ataques à independência judicial e à liberdade de imprensa no país. Outrossim, ainda que essas políticas busquem a redução da violência, é nítido que há um desequilíbrio entre o efetivo combate à criminalidade e a garantia dos direitos humanos, de forma que o governo de Bukele é visto como um autoritarismo disfarçado de legalidade. É válido mencionar a postura hostil e nacionalista do presidente frente aos organismos internacionais.<sup>128</sup>

Portanto, mesmo que a República de El Salvador tenha formalmente superado décadas de conflitos, os desafios à estabilidade política e à consolidação democrática persistem, haja vista que o atual governo concentra um cenário de fragilidade às liberdades civis, perpetuação de desigualdades sociais e submissão às tendências autoritárias.<sup>129</sup>

---

<sup>127</sup>Ibidem.

<sup>128</sup>WALLACE, Arturo. **Bukele vs El Faro**: qué hay detrás del enfrentamiento del popular presidente de el salvador con uno de los medios más prestigiosos del continente. qué hay detrás del enfrentamiento del popular presidente de El Salvador con uno de los medios más prestigiosos del continente. Acesso em: 14 maio de 2025.

<sup>129</sup>WALLACE, Arturo. **Bukele vs El Faro**: qué hay detrás del enfrentamiento del popular presidente de el salvador con uno de los medios más prestigiosos del continente. qué hay detrás del enfrentamiento del popular presidente de El Salvador con uno de los medios más prestigiosos del continente. Acesso em: 14 maio de 2025.

## 2.13 REPÚBLICA DE HONDURAS

A República de Honduras está situada na América Central, fazendo fronteira com Guatemala ao oeste, El Salvador ao sul e Nicarágua ao sudeste, além de possuir saídas tanto para o oceano Pacífico quanto para o mar do Caribe. Essa localização estratégica confere ao país um papel relevante na articulação comercial e política da região, funcionando como elo entre diferentes partes do continente. No entanto, assim como ocorre em diversos países latino-americanos, o potencial geográfico e econômico de Honduras contrasta com a fragilidade de suas instituições e com a recorrência de instabilidades políticas.<sup>130</sup>

No plano institucional, Honduras é uma república presidencialista com divisão formal entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O Congresso Nacional, de estrutura unicameral, é responsável pela função legislativa, enquanto o Judiciário é liderado pela Corte Suprema de Justiça. No entanto, embora esse arranjo se apresente compatível com modelos democráticos, na prática, o equilíbrio entre os poderes é frequentemente comprometido por interferências políticas, instrumentalização das instituições e pressões externas, o que fragiliza os mecanismos de controle e fiscalização.<sup>131</sup>

Cabe destacar que durante as décadas de 1970 e 1980, Honduras esteve sob o controle de regimes militares, em um período

---

<sup>130</sup>CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**: Honduras. Acesso em: 20 maio de 2025.

<sup>131</sup>**Ibidem.**

fortemente marcado pela interferência dos Estados Unidos. O país foi utilizado como base estratégica para operações norte-americanas na região, especialmente durante a Guerra Fria, servindo de plataforma para ações contra o governo sandinista<sup>132</sup> na Nicarágua e movimentos guerrilheiros em El Salvador e na Guatemala. Essa aliança consolidou estruturas repressivas dentro do Estado hondurenho, muitas vezes com o apoio direto de agências como a CIA, que colaboraram com esquadrões da morte responsáveis por perseguições, torturas e desaparecimentos de opositores políticos.<sup>133</sup>

Esse histórico autoritário deixou marcas profundas nas instituições hondurenhas e contribuiu para a fragilidade do sistema democrático. Em 2009, a deposição do presidente Manuel Zelaya por um golpe de Estado expôs a resistência das elites políticas e militares a reformas constitucionais e sociais. O episódio não apenas rompeu com a ordem democrática, como também reacendeu dinâmicas de instabilidade institucional que vinham sendo contidas desde a redemocratização formal do país nos anos 1980. A falta de responsabilização dos envolvidos no golpe agravou a desconfiança popular e enfraqueceu ainda mais a credibilidade das instituições republicanas.<sup>134</sup>

---

<sup>132</sup>LAÍNEZ, Vilma; MEZA, Víctor. El enclave bananero en la historia de Honduras. **Anuario de Estudios Centroamericanos**, p. 187-225, 1974. Acesso em: 20 maio de 2025.

<sup>133</sup>**Ibidem.**

<sup>134</sup>BECERRA, Longino. **Evolución histórica de Honduras**. Baktun Editorial, 1983.

Desde então, Honduras enfrenta uma crise democrática contínua. Embora eleições continuem sendo realizadas, elas são frequentemente envoltas em denúncias de fraude, violência política e manipulação institucional. O controle de setores estratégicos do Estado por grupos econômicos, militares e aliados do poder tradicional limita a alternância real de poder e compromete a representatividade política. Assim, a democracia hondurenha permanece em estado de fragilidade, marcada por repressão a opositores, ausência de reformas estruturais e descrédito generalizado da população em relação às instituições públicas.<sup>135</sup>

## 2.14 REPÚBLICA DO CHILE

A República do Chile, situada na porção ocidental da América do Sul, estende-se entre o Oceano Pacífico e a Cordilheira dos Andes, fazendo fronteira com o Peru ao norte, a Bolívia a nordeste e a Argentina ao leste. Com uma geografia marcada por extremos — do deserto de Atacama, ao norte, até as geleiras austrais da Patagônia —, o país construiu ao longo das últimas décadas uma imagem internacional de estabilidade institucional, crescimento econômico sustentado e respeito aos direitos civis.<sup>136</sup>

Contudo, essa percepção externa frequentemente contrasta com as tensões internas acumuladas ao longo do processo de redemocratização, especialmente no que diz respeito à desigualdade

---

<sup>135</sup>**Ibidem.**

<sup>136</sup>CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**: Chile. Acesso em: 23 maio de 2025.

estrutural, à baixa representatividade política e à rigidez institucional herdada do período autoritário. Considerando esse aspecto, a experiência chilena ilustra, de forma emblemática, as ambivalências e contradições que caracterizam os processos de redemocratização no continente, particularmente quando considerados os legados autoritários, as reformas econômicas neoliberais e as disputas em torno da memória e da justiça transicional.<sup>137</sup>

Historicamente, o Chile se destacava por uma tradição institucional relativamente sólida, marcada por um sistema político estável e partidos bem organizados. Apesar de ser considerada uma das democracias mais antigas da América Latina, esse cenário convivia com uma contradição significativa: o país foi palco de numerosos golpes de Estado ao longo de sua história — foram 36, em comparação aos 9 registrados no Brasil, sendo 11 deles apenas na década de 1930.<sup>138</sup>

Com esse enfoque, apesar da imagem inicial de estabilidade institucional e organização partidária, já destacada anteriormente, o elevado número de golpes de Estado ao longo da história chilena revela uma realidade bem mais instável do que aparenta. Essa contradição se evidencia de forma ainda mais contundente com os acontecimentos de 1973, quando a frágil estabilidade foi definitivamente rompida pelo golpe

---

<sup>137</sup> SIAVELIS, Peter M.; SEHNBRUCH, Kirsten. **Democratic Chile: The Politics and Policies of a Historic Coalition, 1990–2010**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2014. Acesso em: 15 maio de 2025.

<sup>138</sup> SIAVELIS, Peter M.; SEHNBRUCH, Kirsten. **Democratic Chile: The Politics and Policies of a Historic Coalition, 1990–2010**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2014. Acesso em: 15 maio de 2025.

militar que depôs o presidente democraticamente eleito Salvador Allende.<sup>139</sup>

A partir de então, teve início uma longa ditadura liderada por Augusto Pinochet, que perdurou por 17 anos. Esse período não apenas aprofundou as descontinuidades institucionais do país, mas também ficou marcado por graves violações de direitos humanos, intensa repressão política e a implementação de um projeto econômico neoliberal que transformaria estruturalmente a sociedade chilena. Assim, os fatos históricos reforçam que, por trás da aparência de solidez democrática, o Chile experimentou uma trajetória política permeada por rupturas profundas e autoritarismo.<sup>140</sup>

A transição chilena para a democracia, embora pacífica em termos formais, foi profundamente condicionada pelas estruturas herdadas do regime militar. À vista disso, a Constituição de 1980, elaborada sob a égide autoritária, permaneceu em vigor mesmo após o Plebiscito de 1988 e as Eleições Presidenciais de 1989, que resultaram na vitória de Patricio Aylwin e na formação de um governo civil pela *Concertación de los Partidos por la Democracia*, encerrando o mandato de Pinochet.<sup>141</sup>

Contudo, essa transição foi controlada e negociada de maneira a preservar parcelas significativas do poder militar, incluindo a

---

<sup>139</sup>ANGELL, Alan; POLLACK, Benny. **The Chilean Elections of 1989 and the Politics of the Transition to Democracy**. Bulletin of Latin American Research, v. 9, n. 1, p. 1–23, 1990.

<sup>140</sup>ANGELL, Alan; POLLACK, Benny. **The Chilean Elections of 1989 and the Politics of the Transition to Democracy**. Bulletin of Latin American Research, v. 9, n. 1, p. 1–23, 1990.

<sup>141</sup>**Ibidem.**

permanência de Pinochet como comandante-chefe do Exército e a nomeação de senadores vitalícios, mecanismos que limitavam as possibilidades de reformas institucionais profundas.<sup>142</sup>

Cabe mencionar que o modelo chileno de redemocratização, portanto, assentou-se em uma lógica de conciliação que privilegiou a estabilidade macroeconômica e a manutenção das reformas de mercado implantadas durante o regime militar. Isso significou, por um lado, a construção de um consenso entre elites políticas e econômicas em torno de políticas neoliberais e, por outro, a dificuldade em avançar significativamente nas agendas de justiça social e de responsabilização pelos crimes da ditadura.<sup>143</sup>

Com esse enfoque, é válido trazer que, atualmente, a estrutura do Estado chileno baseia-se no presidencialismo e na separação de poderes, de maneira que o Poder Executivo é exercido pelo presidente da República, com amplas prerrogativas, inclusive sobre a iniciativa legislativa e o controle da agenda parlamentar. Já o Legislativo é bicameral, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, ambos eleitos por sufrágio universal.<sup>144</sup>

---

<sup>142</sup>MATUS, Alejandra. **From the Barricades to the Ballot Box: Redemocratization and Political Realignment in the Chilean Left.** Latin American Perspectives, v. 34, n. 6, p. 23–41, 2007.

<sup>143</sup> MATUS, Alejandra. **From the Barricades to the Ballot Box: Redemocratization and Political Realignment in the Chilean Left.** Latin American Perspectives, v. 34, n. 6, p. 23–41, 2007.

<sup>144</sup>BOENINGER, Edgardo. **Democracia en Chile: lecciones para la gobernabilidad.** Santiago: LOM Ediciones, 2012. Acesso em: 17 maio de 2025.

Por sua vez, o Poder Judiciário é independente, tendo a Corte Suprema como instância máxima. Apesar do desenho formal democrático, o arranjo institucional chileno tem sido marcado pela baixa responsividade do sistema político às demandas sociais, especialmente em virtude de regras eleitorais e constitucionais que privilegiam a governabilidade em detrimento da representatividade.<sup>145</sup>

As contradições desse processo emergiram com maior intensidade no contexto recente, especialmente a partir do ciclo de mobilizações iniciado em 2011 com os protestos estudantis e intensificado nas manifestações de outubro de 2019. Estes episódios revelaram a insatisfação popular com os limites do modelo político chileno, marcado por baixa representatividade, desigualdades persistentes e um pacto institucional que, embora democrático em suas formas, permanece permeado por elementos autoritários em seu conteúdo.<sup>146</sup>

Sob essa ótica, a crise de 2019 precipitou um novo momento de inflexão na política chilena, culminando na convocação de uma Convenção Constitucional para elaborar uma nova carta magna, em que ocorreu a tentativa de sua aprovação nos anos de 2022 e 2023, as quais restaram frustradas. Ainda que este processo tenha sido interpretado como uma resposta institucional à demanda por maior participação popular e equidade social, ele também escancarou a fragmentação do sistema

---

<sup>145</sup>**Ibidem.**

<sup>146</sup>BUSQUETS, José Miguel; SARLO, Oscar. **Reformas constitucionais em contextos autoritários**: os casos do Chile e do Uruguai em 1980. Revista de Direito Público Contemporâneo, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 199-218, jul./dez. 2024. Acesso em: 23 maio de 2025.

político e a dificuldade de construir consensos amplos em uma sociedade polarizada.<sup>147</sup>

Esse contexto indica que, apesar dos avanços institucionais, a democracia chilena continua enfrentando desafios significativos. Em face do exposto, a persistência de desigualdades sociais, a descrença nas instituições políticas e a herança normativa do autoritarismo constituem entraves concretos à construção de uma cidadania plena. Assim como em outras partes da América Latina, a crise democrática no Chile não se manifesta apenas em rupturas institucionais, mas na erosão contínua da confiança pública e na incapacidade do sistema político de responder de forma eficaz às demandas sociais e superar o legado da ditadura de Pinochet.<sup>148</sup>

## 2.15 REPÚBLICA DO EQUADOR

O Equador, oficialmente República do Equador, é uma nação localizada na região noroeste da América do Sul, fazendo fronteira com a Colômbia, o Peru e o Oceano Pacífico. Conhecido historicamente como uma "ilha de paz" nos Andes, embora mantenha uma estrutura democrática formal e realize eleições regulares, o Equador enfrenta hoje uma série de crises que ameaçam os pilares de sua democracia: escalada da violência, crescimento do poder do crime organizado,

---

<sup>147</sup> BUSQUETS, José Miguel; SARLO, Oscar. **Reformas constitucionais em contextos autoritários**: os casos do Chile e do Uruguai em 1980. Revista de Direito Público Contemporâneo, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 199-218, jul./dez. 2024. Acesso em: 23 maio de 2025.

<sup>148</sup> SIAVELIS, Peter M.; SEHNBRUCH, Kirsten. **Democratic Chile**: The Politics and Policies of a Historic Coalition, 1990–2010. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2014. Acesso em: 15 maio de 2025.

instabilidade institucional e retrocessos nas garantias de direitos fundamentais.<sup>149</sup>

Ao longo de sua história republicana, o Equador enfrentou intensa instabilidade política, enraizada em questões estruturais, afinal a sua independência, não significou uma verdadeira emancipação econômica, política ou social. Assim, o país manteve um modelo baseado no latifúndio exportador, com pouca industrialização e exclusão sistemática de indígenas e negros do poder político. A elite branca, dividida entre liberais e conservadores, travou disputas pelo controle do Estado, agravando o caos político e impedindo a construção de um projeto nacional inclusivo. Até 1947, a maioria dos presidentes chegou ao poder por meio de golpes de Estado, exercendo mandatos autoritários legitimados por novas constituições.<sup>150</sup>

Como resultado, a governabilidade era frágil e marcada por trocas constantes de governo. Entre 1830 e 1998, o país promulgou dezenove constituições, refletindo sua trajetória de rupturas institucionais. O Equador vivenciou duas ditaduras militares (1963–1966 e 1972–1979) antes do retorno da democracia com a eleição de Jaime Roldós Aguilera. Mesmo no período democrático recente, a instabilidade persistiu: entre 1996 e 2005, três presidentes eleitos foram derrubados, entre eles: Abdalá Bucaram, Jamil Mahuad e Lucio Gutiérrez.<sup>151</sup>

---

<sup>149</sup>U.S. COMMITTEE FOR REFUGEES AND IMMIGRANTS (USCRI). **2025 Country Conditions:** Ecuador. 14 abril de 2025. Acesso em: 22 maio de 2025.

<sup>150</sup>BOCCA, Pedro; MELLO, Fátima; BERRÓN, Gonzalo. **Ecuador**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016. 274 p. (Nossa América Nuestra). ISBN 978-85-5708-064-5. Acesso em: 24 maio de 2025.

<sup>151</sup>**Ibidem.**

Um dos principais catalisadores da crise equatoriana foi a infiltração maciça de cartéis de drogas no território nacional. Tal cenário se deve, fortemente, à atuação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), que durante décadas dominaram rotas de produção e escoamento da cocaína na Colômbia, mas com o enfraquecimento do grupo após o acordo de paz de 2016, dissidências armadas passaram a se deslocar para o Equador.<sup>152</sup>

A localização estratégica do país, entre a Colômbia e o Peru, os dois maiores produtores de cocaína do mundo, transformou o Equador em uma rota-chave para o tráfico internacional. A combinação de infraestrutura logística (portos modernos e estradas pavimentadas), uso do dólar americano como moeda oficial (o que facilita a lavagem de dinheiro) e instituições estatais frágeis fez do país um terreno fértil para o crime transnacional.<sup>153</sup>

Em tal cenário o Estado tem demonstrado como não possui preparo adequado para enfrentar cartéis transnacionais, falhando em oferecer uma resposta eficaz. Essa vulnerabilidade ficou evidente no assassinato, onze dias antes das eleições de 2023, do candidato presidencial Fernando Villavicencio, que fez do combate ao crescente poder político do crime organizado sua principal promessa de campanha. É importante notar que outros políticos foram mortos nos

---

<sup>152</sup>ESPINOZA, Markus; DEN HELD, Douwe. **Unmasking the Foreign Players on Ecuador's Criminal Chessboard**. InSight Crime, 7 março de 2024. Acesso em: 24 maio de 2025.

<sup>153</sup>ESPINOZA, Markus; DEN HELD, Douwe. **Unmasking the Foreign Players on Ecuador's Criminal Chessboard**. InSight Crime, 7 março de 2024. Acesso em: 24 maio de 2025.

últimos anos, e vários vivem escondidos por conta das ameaças do narcotráfico.<sup>154</sup>

Além disso, no que tange a violência entre 2020 e 2024, a taxa de homicídios aumentou mais de seis vezes, com 44,5 homicídios por 100 mil pessoas, o Equador agora tem o maior índice da América do Sul. Nesse contexto, prisões controladas por gangues viraram locais onde o crime organizado planeja suas ações, em um episódio, após a fuga de Adolfo “Fito” Macías, líder da poderosa gangue *Los Choneros* da prisão, grupos armados invadiram um estúdio de TV durante uma transmissão ao vivo<sup>155</sup> e no mesmo dia, presos divulgaram vídeos com ameaças aos guardas e organizaram fugas em massa<sup>156,157</sup>

Nesse sentido, com o avanço do narcotráfico, o Estado equatoriano começou a ruir internamente. Autoridades como juízes, promotores e membros do Conselho da Magistratura foram investigados por corrupção, suborno e vínculos com o crime organizado. Outrossim, tanto

---

<sup>154</sup>STUENKEL, Oliver. **Ecuador’s Challenge:** Rout Organized Crime Without Endangering Democracy. Emissary, 18 abril de 2025. Acesso em: 22 maio de 2025.

<sup>155</sup>Em 9 de janeiro de 2024, homens armados invadiram ao vivo os estúdios da emissora pública TC em Guayaquil, Equador, fazendo jornalistas reféns. Os invasores, armados com fuzis, granadas e explosivos, obrigaram o repórter José Luis Calderón a aparecer na transmissão sob a mira de armas, enquanto diziam pertencer à gangue *La Firma*, ligada ao grupo criminoso *Los Choneros*.

<sup>156</sup>Rebeliões e sequestros de agentes penitenciários ocorreram em pelo menos seis presídios, com ameaças de morte caso o Exército intervenha. Fito, que operava da prisão e mantinha ligações com o cartel mexicano de Sinaloa, desapareceu horas antes de ser transferido, supostamente com ajuda de guardas.

<sup>157</sup>U.S. COMMITTEE FOR REFUGEES AND IMMIGRANTS (USCRI). **2025 Country Conditions:** Ecuador. 14 abril de 2025. Disponível em: <https://refugees.org/wp-content/uploads/2025/04/2025-Country-Conditions-Ecuador.pdf>. Acesso em: 22 maio de 2025.

a ONU denunciou a falta de transparência na escolha de altos cargos do Judiciário, como a Corte Nacional e a Procuradoria-Geral. Além disso, no final do ano de 2024, medidas polêmicas reforçaram a instabilidade institucional, como a suspensão da vice-presidente Verónica Abad que denunciou o presidente por violência de gênero e a exclusão do candidato Jan Topic da eleição de 2025 com base em provas classificadas como confidenciais.<sup>158</sup>

Nesse quadro, o presidente Daniel Noboa, decretou estado de emergência, suspendeu garantias constitucionais e passou a mobilizar os militares em operações de policiamento interno. Enquanto as ações reduziram momentaneamente os homicídios, denúncias de abusos, detenções arbitrárias e violações de direitos humanos se multiplicaram. Assim sendo, existe a preocupação que a “guerra ao crime” possa se tornar o pretexto para o desmonte das salvaguardas democráticas, com perseguição a opositores, censura à imprensa e uso político das forças armadas.<sup>159</sup> Esses múltiplos fatores se somam para ilustrar o profundo enfraquecimento do Estado equatoriano e o risco real de erosão democrática.<sup>160</sup>

---

<sup>158</sup>HUMAN RIGHTS WATCH. **World Report 2025:** Ecuador. 5 jan. 2025. Disponível em: <https://www.hrw.org/world-report/2025/country-chapters/ecuador>. Acesso em: 22 maio de 2025.

<sup>159</sup>STUENKEL, Oliver. **Ecuador's Challenge:** Rout Organized Crime Without Endangering Democracy. Emissary, 18 abril de 2025. Acesso em: 22 maio de 2025

<sup>160</sup>FREEMAN, Will. **Ecuador's Next President Will Face Debt, Drought, and Gangs.** Council on Foreign Relations, 20 fev. 2025. Acesso em: 22 maio de 2025.

## 2.16 REPÚBLICA DO HAITI

O Haiti, oficialmente conhecido como República do Haiti, é um país localizado na ilha Hispaniola, no Caribe, que compartilha com a República Dominicana. Foi o primeiro país da América Latina e do Caribe a conquistar a independência e o primeiro no mundo a abolir a escravidão, resultado de uma revolução liderada por pessoas escravizadas no final do século XVIII. É notável a sua rica herança cultural de raízes africanas, francesas e indígenas, com uma história singular e profunda relevância simbólica no continente. Apesar de enfrentar desafios socioeconômicos e políticos persistentes, o país mantém uma sociedade vibrante, com tradições culturais, artísticas e religiosas marcantes.<sup>161</sup>

Apesar de ter alcançado uma vitória militar histórica ao derrotar seus colonizadores e proclamar a independência em 1804, o Haiti enfrentou, a partir de então, uma longa e árdua luta por reconhecimento e inserção no sistema internacional. Sob ameaça de invasão e guerra por parte da França, o país concordou, em 1825, em pagar 150 milhões de francos para indenizar os antigos proprietários de escravos, o que prejudicou a construção institucional e lançou o Haiti em um ciclo de endividamento.

Tal cenário se reflete nos últimos anos, no qual o Haiti tem experimentado um aprofundamento da crise democrática, marcado pela incapacidade do Estado em garantir segurança, justiça e serviços básicos à população. Assim, o Haiti é classificado como "não livre", pela

---

<sup>161</sup>LEWIS, Thomas. **Transatlantic slave trade**. Encyclopaedia Britannica, 21 abril de 2025. Acesso em: 22 maio de 2025.

*Freedom House*<sup>162</sup>, refletindo um sistema político altamente disfuncional. O agravamento das falhas no sistema eleitoral haitiano nos últimos anos levou a uma série de mandatos vencidos e impasses constitucionais.<sup>163</sup>

Além disso, a corrupção desenfreada e a violência perpetrada por grupos criminosos armados comprometem os serviços públicos básicos e contribuem para a insegurança da população. Isto posto, percebe-se a fragilidade das instituições judiciais e de segurança no Haiti, já que o Judiciário carece de recursos materiais, independência funcional e integridade institucional, fatores que comprometem gravemente a aplicação do devido processo legal e a responsabilização de abusos.

Haja visto o anterior, também pode-se citar como a ocupação americana (1915–1934)<sup>164</sup> e o apoio dos Estados Unidos à ditadura de Duvalier

---

<sup>162</sup>A **Freedom House** é uma organização não governamental (ONG) sediada em Washington, D.C., nos Estados Unidos, dedicada à promoção da liberdade política, dos direitos humanos e da democracia no mundo.

<sup>163</sup>FREEDOM HOUSE. **Haiti**: Freedom in the World 2025. 2025. Acesso em: 22 maio de 2025.

<sup>164</sup>Após o assassinato do presidente Vilbrun Guillaume Sam, tropas norte-americanas desembarcaram sob a justificativa de restaurar a ordem e proteger investimentos estrangeiros. Durante a ocupação, os EUA controlaram a alfândega, reorganizaram o exército haitiano e promoveram obras de infraestrutura, mas também impuseram uma nova constituição que permitia a estrangeiros possuírem terras no país, o que gerou forte resistência popular. A ocupação foi marcada por repressão violenta a levantes camponeses (notadamente a revolta dos "cacos") e pelo fortalecimento de uma elite pró-EUA, deixando um legado duradouro de desconfiança em relação à intervenção externa.

(1957–1986)<sup>165</sup> também frearam o progresso do país.<sup>166</sup> Ainda sobre as intervenções externas, foram realizadas inúmeras missões civis, policiais e militares desde a pioneira Missão Civil Internacional no Haiti (MICIVIH)<sup>167</sup> em 1993, até a Missão das Nações Unidas para a

---

<sup>165</sup>A dinastia Duvalier, composta por François "Papa Doc" Duvalier e, posteriormente, seu filho Jean-Claude "Baby Doc" Duvalier, governou o Haiti com mão de ferro entre 1957 e 1986. Durante grande parte desse período, os Estados Unidos ofereceram apoio político e financeiro ao regime, justificando essa aliança como parte da estratégia de contenção do comunismo durante a Guerra Fria. Em troca de estabilidade política e oposição ao bloco soviético, os Duvalier receberam milhões de dólares em ajuda externa, mesmo com evidências de repressão brutal, corrupção sistêmica e violações sistemáticas dos direitos humanos. O regime utilizava milícias paramilitares conhecidas como **Tonton Macoutes** para intimidar e eliminar opositores. Esse apoio externo ajudou a prolongar a permanência da ditadura no poder e comprometeu a imagem dos EUA entre setores democráticos da sociedade haitiana.

<sup>166</sup>INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **Haiti**: A Path to Stability for a Nation in Shock. Briefing n.º 44, 30 set. 2022. Acesso em: 22 maio de 2025.

<sup>167</sup>Estabelecida em 1993 pela ONU e pela OEA, teve como objetivo monitorar e promover os direitos humanos no país, especialmente após o período da ditadura dos Duvalier (1957–1986). No entanto, relatórios da **Amnesty International** indicam que, nos primeiros cinco meses de 1997, a missão recebeu denúncias de mais de 100 indivíduos alegando terem sido agredidos por policiais, evidenciando desafios persistentes na reforma das forças de segurança. Além disso, a missão enfrentou dificuldades em garantir a responsabilização por violações de direitos humanos, com preocupações sobre a impunidade e a falta de mecanismos eficazes.

Estabilização no Haiti (MINUSTAH)<sup>168</sup> que deixou um vácuo de segurança e governança que foi preenchido por grupos armados.<sup>169</sup>

Notadamente, há a coalizão conhecida como G9, que controla parte significativa da economia informal e atua como um governo paralelo, influenciando diretamente decisões políticas, como a repressão de movimentos sociais e a manipulação do processo eleitoral. A proliferação do tráfico de drogas, a infiltração de paramilitares e o financiamento de campanhas políticas através do crime organizado configuram um quadro de tomada do poder estatal.<sup>170</sup>

Portanto, classificar o Haiti como um “Estado falido” é uma simplificação que desconsidera a complexidade de sua trajetória histórica e política. É necessário reconhecê-lo como um Estado profundamente dependente, que tem sido frequentemente afetado por sucessivas interferências de atores internacionais. Enquanto muitas dessas ações ocorreram sob justificativas de intervenções humanitárias, na prática, contribuíram para fragilizar instituições locais e perpetuar relações de dependência. Essa

---

<sup>168</sup>Foi ativa de 2004 a 2017 e estabelecida após a deposição do presidente Jean-Bertrand Aristide, visando restaurar a ordem e promover a estabilidade. No entanto, sua presença foi marcada por diversas controvérsias, incluindo alegações de uso excessivo da força, como na operação em **Cité Soleil** em 2005, que resultou na morte de cerca de 60 pessoas. Além disso, enfrentou acusações de abuso sexual por parte de seus membros, entre 2004 e 2007, pelo menos 134 soldados do Sri Lanka foram implicados em um esquema de exploração sexual infantil. A missão também foi associada à introdução da cólera no Haiti em 2010, após o vazamento de resíduos de uma base da ONU no rio Artibonite, levando a uma epidemia que afetou centenas de milhares de pessoas.

<sup>169</sup>RIVARA, Lautaro. **Sete teses equivocadas sobre a situação no Haiti**. Instituto Humanitas Unisinos (IHU), 8 jul. 2021. Acesso em: 22 maio de 2025.

<sup>170</sup>**Ibidem.**

dinâmica tem impactos profundos no contexto do país, como instabilidade política e dificuldades na reconstrução democrática.<sup>171</sup>

## 2.17 REPÚBLICA DO PANAMÁ

A República do Panamá, localizada no extremo sudeste da América Central, é reconhecida por sua posição geoestratégica privilegiada, em razão do Canal do Panamá, que desempenha papel crucial no comércio marítimo global. Limitando-se ao norte com o Mar do Caribe, ao sul com o Oceano Pacífico, a oeste com a Costa Rica e a leste com a Colômbia, o país possui uma população de cerca de 4,4 milhões de habitantes e adota a forma de governo presidencialista.<sup>172</sup>

Em alusão à raiz histórica, a política panamenha é intrinsecamente marcada por intervenções estrangeiras e por regimes autoritários. Face ao exposto, é válido ressaltar a influência dos Estados Unidos sob o Panamá, uma vez que tal intervenção americana foi decisiva tanto para a separação do país da Colômbia, em 1903, quanto para a construção e controle do canal, que foi devolvido em 1999 em meio aos Tratados Torrijos-Carter. Isso posto, em razão da dependência do capital estrangeiro, a intervenção externa provocou diretamente a fragilidade da soberania, a institucionalização de elites políticas e a consolidação de práticas autoritárias.<sup>173</sup>

---

<sup>171</sup>ÁVILA-CLAUDIO, Ronald. **'Os problemas que vemos no Haiti foram perpetuados pelas organizações internacionais'**. BBC News Brasil, 13 março de 2024. Acesso em: 22 maio de 2025.

<sup>172</sup>CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook: Panama**. Acesso em: 20 maio de 2025.

<sup>173</sup>HARDING, Robert C. **The history of Panama**. Acesso em: 20 maio de 2025.

Outrossim, o período entre 1968 e 1989 foi marcado por uma ditadura militar, iniciada com o golpe liderado pelo general Omar Torrijos e consolidada sob o comando do general Manuel Antonio Noriega. Diante disso, em 1989, através da Operação *Just Cause*, os Estados Unidos realizaram uma invasão militar com o objetivo de derrubar o regime ditatorial de Noriega, que provocou milhares de mortes e diversas críticas a essa postura intervencionista americana.<sup>174</sup>

Não obstante, apesar do retorno à ordem democrática na década de 1990, o Panamá continuou enfrentando diferentes desafios institucionais. Sob essa ótica, a fragilidade dos mecanismos de controle, a interferência político-partidária no Judiciário e os escândalos de corrupção envolvendo as autoridades têm impedido a consolidação de um Estado de Direito efetivamente garantido.<sup>175</sup>

À vista disso, nos últimos anos, a instabilidade política foi agravada por uma crescente insatisfação popular diante da ineficiência dos serviços públicos, do aumento da desigualdade social e da percepção generalizada de impunidade. Nesse sentido, a eleição presidencial de 2024 aprofundou ainda mais a crise institucional panamenha. A vitória de José Raúl Mulino, após a impugnação da candidatura de Ricardo Martinelli — ex-presidente condenado por lavagem de dinheiro — reacendeu os debates sobre a autonomia do sistema judiciário e o

---

<sup>174</sup>HARDING, Robert C. **The history of Panama**. Acesso em: 20 maio de 2025.

<sup>175</sup>**Ibidem**.

protagonismo de figuras políticas envolvidas em escândalos de corrupção.<sup>176</sup>

Apesar do clássico discurso anticorrupção e de restabelecimento da ordem, a gestão de Mulino tem sido marcada por contradições, tal como a assinatura de um memorando de entendimento com os Estados Unidos que permite a reintrodução de tropas norte-americanas em antigos postos militares.<sup>177</sup>

Por conseguinte, a crise econômica também tem afetado a estabilidade política. A dependência do Panamá de setores como o comércio e os serviços financeiros, torna o país vulnerável. A recente crise econômica global em virtude da seca no canal panamenho impactou negativamente o crescimento da nação, aumentando a pressão sobre o governo para implementar reformas estruturais. Destarte, a governabilidade permanece instável, marcada por uma constante oscilação entre avanços formais e retrocessos democráticos.<sup>178</sup>

Dessa forma, o cenário histórico da República do Panamá reflete a relação próxima entre a dependência externa e fragilização das instituições, de modo que há uma limitação na capacidade do país de construir uma democracia sólida e inclusiva. Embora o canal panamenho simbolize o desenvolvimento e a conexão global, sua

---

<sup>176</sup>LAURÍA, Sol. **Panamá concede un salvoconducto al expresidente Martinelli para refugiarse en Nicaragua.** Acesso em: 22 maio de 2025.

<sup>177</sup>VANEGAS, Santiago. **Panamá retorna ao colonialismo da quinta fronteira com novo acordo assinado com os EUA sobre Canal.** Acesso em: 22 maio de 2025.

<sup>178</sup>FLEURY, Michelle. **O Canal do Panamá tem salvação?** O Canal do Panamá tem salvação?. Acesso em: 22 maio de 2025.

exploração econômica, até o momento, não promoveu a estabilidade política duradoura.<sup>179</sup>

## 2.18 REPÚBLICA DO PARAGUAI

A República do Paraguai é um país interiorano da América do Sul, limitado ao norte e nordeste pelo Brasil, a oeste pela Bolívia e ao sul e sudeste pela Argentina. Sua geografia é marcada pela divisão entre a região Oriental, mais povoada e fértil, e o Chaco, árido e de baixa densidade demográfica. Apesar de contar com eleições regulares e um sistema institucional republicano, o país carrega heranças autoritárias profundas que comprometem a qualidade de sua democracia. As estruturas oligárquicas e o clientelismo persistente tornam o Paraguai um caso emblemático de democracia formal com prática política excludente.<sup>180</sup>

Desde sua independência em 1811, a nação experimentou longos períodos de regimes autoritários intercalados com breves ensaios democráticos, o que contribuiu para a fragilidade de suas instituições e para a persistência de uma cultura política marcada pelo clientelismo, pela exclusão e pela baixa qualidade da democracia.<sup>181</sup>

---

<sup>179</sup>FLEURY, Michelle. **O Canal do Panamá tem salvação?** O Canal do Panamá tem salvação?. Acesso em: 22 maio de 2025.

<sup>180</sup>CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook:** Paraguay. Acesso em: 23 maio de 2025.

<sup>181</sup>LÓPEZ, Magdalena. La democracia en Paraguay: un breve repaso sobre los partidos políticos tradicionales, el sistema electoral y el triunfo de Fernando Lugo Méndez. **Revista Enfoques**, Buenos Aires, v. 8, n. 13, p. 89-106, 2010. Acesso em: 23 maio de 2025.

Ao longo do século XIX, o Paraguai se destacou por projetos nacionalistas autônomos, especialmente sob a liderança de José Gaspar Rodríguez de Francia, que instituiu uma ditadura de orientação estatal centralizada e relativa redistribuição econômica. No entanto, a Guerra do Paraguai (1864-1870) desestruturou profundamente o país, abrindo caminho para a consolidação de uma oligarquia rural e para a crescente dependência econômica e política de potências externas.<sup>182</sup>

Durante grande parte do século XX, o país foi dominado pelo *Partido Colorado*, que se apropriou do Estado e moldou um sistema político excludente. A partir de 1954, o general Alfredo Stroessner liderou uma das mais duradouras ditaduras militares da América Latina, estendendo-se até 1989. Seu regime foi caracterizado pela repressão sistemática, uso do aparato estatal para fins partidários e pela militarização da política. Paradoxalmente, Stroessner promovia eleições periódicas, mas com mecanismos de controle que garantiam sua perpetuação no poder, como o controle absoluto sobre o Judiciário e a manipulação do Legislativo.<sup>183</sup>

A chamada transição democrática paraguaia, iniciada com o Golpe de 1989 que depôs Stroessner, não rompeu inteiramente com os legados autoritários. Ao contrário, a baixa qualidade da democracia no Paraguai está diretamente relacionada à debilidade da estabilidade: o Estado

---

<sup>182</sup>ABENTE BRUN, Diego. **Estatalidad y calidad de la democracia en Paraguay.** *América Latina Hoy*, Salamanca, n. 60, p. 43-66, abril de 2012. Disponível em: Redalyc. Acesso em: 23 maio de 2025

<sup>183</sup>**Ibidem.**

paraguaio não apenas falha como aparato burocrático eficaz, mas também carece de uma base social inclusiva e representativa.<sup>184</sup>

Apesar da adoção de mecanismos eleitorais formais e da realização de eleições multipartidárias, a elite política mantém práticas de captura institucional e preserva estruturas que dificultam reformas mais profundas. O presidencialismo, embora forte no papel, é atenuado na prática pelo papel central do Congresso, amplamente influenciado por interesses corporativos e clientelistas.<sup>185</sup>

Posto isto, a promulgação da Constituição de 1992 representou um marco formal na transição democrática, instituindo o presidencialismo e mecanismos de representação. No entanto, a democratização permaneceu incompleta. O Estado paraguaio evidencia profundas fragilidades burocráticas e institucionais, revelando uma administração pública ineficiente, limitada capacidade regulatória e ampla vulnerabilidade à captura institucional e ao clientelismo.<sup>186</sup>

Assim, a eleição de Fernando Lugo, em 2008, constituiu um ponto de inflexão simbólico, ao encerrar mais de seis décadas de domínio colorado. Ex-bispo católico com respaldo popular e de movimentos sociais, Lugo chegou ao poder por meio de uma coalizão ampla e frágil:

---

<sup>184</sup>RECALDE, Liliana Rocío Duarte. **Paraguay**: interrupción al proceso de consolidación de la democracia. *Revista de Ciencia Política (Santiago)*, Santiago, v. 33, n. 1, p. 151–172, 2013. Acesso em: 24 maio de 2025.

<sup>185</sup>ARAÚJO, Matheus Alexandre; PEREIRA, Vanessa dos Santos. **Rupturas, neogolpismo e América Latina**: uma análise sobre Honduras, Paraguai e Brasil. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 125–136, jan./abril de 2018. Acesso em: 24 maio de 2025.

<sup>186</sup>**Ibidem.**

a *Alianza Patriótica para el Cambio*. Seu mandato, entretanto, enfrentou uma sistemática obstrução por parte de um Legislativo dominado por forças conservadoras e setores oligárquicos. Em 2012, sua destituição por meio de um julgamento político sumário, sob a alegação de “mau desempenho das funções”, foi amplamente interpretada como um golpe institucional, expondo os limites do regime democrático paraguaio.<sup>187</sup>

Em sequência, a crise de 2012 gerou significativa repercussão internacional, evidenciando a fragilidade dos mecanismos multilaterais de defesa da democracia na região. Enquanto o Mercosul e a UNASUL suspenderam o Paraguai com base em suas cláusulas democráticas, a OEA adotou postura mais cautelosa e diplomática. Em última análise, essa assimetria de respostas revelou as dificuldades de articulação entre organizações regionais com mandatos sobrepostos e interesses geopolíticos distintos. Embora a suspensão do Paraguai tenha sido temporária, seus efeitos repercutiram de forma duradoura na política interna e nas relações exteriores do país.<sup>188</sup>

Atualmente, o Paraguai insere-se em um panorama regional marcado por incertezas democráticas, compartilhando com outros países sul-americanos desafios à consolidação institucional, crises de representação e recorrentes ensaios autoritários. Ressalta-se que o episódio de 2012 antecipa e dialoga com eventos similares ocorridos em

---

<sup>187</sup>ARAÚJO, Matheus Alexandre; PEREIRA, Vanessa dos Santos. **Rupturas, neogolpismo e América Latina: uma análise sobre Honduras, Paraguai e Brasil.** Revista Katálisis, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 125–136, jan./abril de 2018. Acesso em: 24 maio de 2025.

<sup>188</sup>ABENTE BRUN, Diego. **Estatidad y calidad de la democracia en Paraguay.** *América Latina Hoy*, Salamanca, n. 60, p. 43-66, abril de 2012. Disponível em: Redalyc. Acesso em: 23 maio de 2025

Honduras (2009), Brasil (2016) e Bolívia (2019), nos quais dispositivos constitucionais foram mobilizados sob aparente legalidade, mas em contextos de acentuada polarização política e instabilidade democrática.<sup>189</sup>

No plano regional, o Paraguai desempenha papel ambíguo. Apesar de ser membro pleno do Mercosul, frequentemente adota posições dissidentes, promovendo uma agenda econômica liberal e resistindo à maior integração política do bloco. A Crise de 2012 expôs também os limites de sua influência dentro da organização, especialmente diante da proeminência de países como Brasil e Argentina. Ainda assim, o país busca afirmar sua soberania por meio de uma política externa que combina o pragmatismo regional.<sup>190</sup>

Por fim, cabe destacar que o Paraguai constitui um microcosmo dos dilemas contemporâneos da América Latina: heranças autoritárias resilientes, instituições frágeis, desigualdades estruturais persistentes e a tensão constante entre legalidade formal e legitimidade democrática. Sua trajetória recente demonstra que a democracia, para além da realização periódica de eleições, demanda inclusão substantiva, justiça social e compromisso efetivo com o Estado de Direito. Diante disso, o desafio que permanece é o de consolidar uma democracia robusta,

---

<sup>189</sup>LÓPEZ, Magdalena. **Transición y democracia en Paraguay (1989-2017)**: El cambio no es una cuestión electoral. Buenos Aires: SB, 2018. ISBN 978-987-4434-16-6. Acesso em: 22 maio de 2025.

<sup>190</sup>**Ibidem.**

capaz de resistir às investidas autoritárias e de responder aos anseios legítimos de sua população.<sup>191</sup>

## 2.19 REPÚBLICA DO PERU

A República do Peru, terceiro maior país da América do Sul, possui uma população estimada de 33 milhões de habitantes e uma área territorial de 1.285.216 km<sup>2</sup>. Faz fronteira com o Equador e a Colômbia ao norte, com o Brasil e a Bolívia ao leste, e com o Chile ao sul.<sup>192</sup>

Em 28 de julho de 1821, foi proclamada a independência do Peru, por José de San Martín, como parte do processo de libertação das colônias sul-americanas do domínio espanhol. No entanto, a consolidação da independência só ocorreu em 1824, com a vitória das tropas lideradas por Simón Bolívar nas batalhas de Junín e Ayacucho<sup>193</sup>. O Peru foi um dos últimos países da América do Sul a se libertar da Espanha, devido à forte presença de interesses coloniais e à resistência dos setores conservadores locais.<sup>194</sup>

---

<sup>191</sup>LÓPEZ, Magdalena. **Transición y democracia en Paraguay (1989-2017)**: El cambio no es una cuestión electoral. Buenos Aires: SB, 2018. ISBN 978-987-4434-16-6. Acesso em: 22 maio de 2025.

<sup>192</sup>CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**: Peru. Acesso em: 10 de maio de 2025.

<sup>193</sup>Foram guerras pela independência da América, travadas para libertar as terras do domínio colonial espanhol.

<sup>194</sup>SCARELLI, Rafael Dias. O Peru entre dois generais: San Martín e Bolívar no imaginário nacional peruano até o Primeiro Centenário (1821-1921). **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 130, p. 65–86, 2021. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.i130p65-86. Acesso em: 26 maio de 2025.

É importante destacar que, nas últimas décadas, o país tem enfrentado graves crises políticas e institucionais que colocam em xeque a estabilidade de seu regime democrático, uma vez que, desde 2017, seis presidentes ocuparam o cargo, em decorrência de destituições, renúncias e sucessões parlamentares. Esse cenário de constante rotatividade evidencia a erosão da confiança popular nas instituições democráticas, agravada por frequentes denúncias de corrupção sistêmica que atingem tanto o Executivo quanto o Legislativo.<sup>195</sup>

Ademais, cabe lembrar que as constituições peruanas foram promulgadas como uma espécie de “gerenciamento de crises” em momentos trágicos e autoritários do país. Desse modo, embora alegue uma modalidade de governo “democrática, social, independente e soberana”, a Constituição peruana de 1993 estabelece a possibilidade de destituição do presidente por “incapacidade temporária ou permanente do presidente, declarada pelo Congresso”, um termo vago, amplamente interpretável e que tem sido utilizado como instrumento de disputa política entre o Congresso e o Executivo.<sup>196</sup>

A aplicação desse dispositivo não delimita objetivamente os critérios de avaliação moral dos chefes de Estado. Assim, o uso deste instituto para a destituição da presidência acaba servindo tanto de dispositivo acusatório quanto protetivo, a depender dos interesses dos

---

<sup>195</sup>OLMO, Guillermo D. **Peru**: por que país, com 6 presidentes em 4 anos, é tão difícil de governar. BBC News Brasil, 8 dez. 2022. Acesso em: 10 maio de 2025.

<sup>196</sup>VALDEZ-STUARD, Agustín. **La vacancia presidencial por incapacidad moral permanente en el orden político peruano**. (Tesis). Lima: Universidad de Piura. Facultad de Derecho. Programa Académico de Derecho, 2019.

parlamentares que ocuparem os postos decisórios e sua interpretação.<sup>197</sup>

Paradoxalmente, apesar desse quadro político conturbado, o Peru apresentou, desde os anos 1990, um crescimento econômico considerável e segundo o Banco Mundial, o Produto Interno Bruto (PIB) do país multiplicou-se por seis desde 1993. Contudo, este avanço econômico não se converteu em justiça social.<sup>198</sup>

Nesse ínterim, é importante ressaltar que apesar de ter como indígenas 25,8% da população, estes não perfazem representatividade política no Congresso, e é fato que esse baixo percentual de participação e protagonismo nas decisões do país tensionam a democracia.<sup>199</sup>

Porquanto, a crise peruana não se resume à política, havendo também uma permanente repressão do passado frente aos desafios do presente, repercutindo na construção de uma identidade democrática nacional.<sup>200</sup>

Atualmente, o Peru encontra-se classificado como um “regime híbrido” no Índice de Democracia da *Economist Intelligence Unit*, ocupando a 75ª posição no ranking global. Isso significa que o país apresenta elementos

---

<sup>197</sup> **Ibidem.**

<sup>198</sup> OLMO, Guillermo D. **3 razões que explicam força da economia do Peru mesmo com democracia fragilizada no país.** BBC News Brasil, 3 fev. 2023. Acesso em: 10 maio de 2025.

<sup>199</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina. **Densidade democrática e instabilidade na redemocratização latino-americana.** In: Carlos Fico e outros. Ditadura e democracia na América Latina. 1ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, p. 321-338

<sup>200</sup> MELLO, Janaina Cardoso de. Democracia em crise: a política do caos no Peru contemporâneo em meio à potência cultural. **Tempo de Histórias**, v. 1, n. 38, p. 88–110, 2021. DOI: 10.26512/emtempos.v1i38.36878. Acesso em: 14 maio de 2025.

tanto de democracia quanto de autoritarismo, com baixa cultura política, desconfiança nas instituições e limitação das liberdades civis.<sup>201</sup>

Em face dessa complexidade, marcada por crises recorrentes, disputas entre os poderes e sucessivas tentativas de redemocratização, a delegação da República do Peru posiciona-se na OEA com plena consciência de que a consolidação democrática exige mais do que estabilidade institucional: requer justiça social, inclusão política e o enfrentamento das desigualdades históricas, que persistem em seu tecido social. Nesse viés, é imperativo levar em consideração o reconhecimento de sua rica herança cultural e histórica, mas também pela reconstrução de instituições legítimas, transparentes e comprometidas com a igualdade, a justiça social e os direitos humanos.

## 2.20 REPÚBLICA DOMINICANA

A República Dominicana está localizada no Caribe, ocupando os dois terços orientais da ilha de Hispaniola, que compartilha com o Haiti, com uma área de 48.223 km<sup>2</sup>, o país é banhado pelo Mar do Caribe ao sul e pelo Oceano Atlântico ao norte. Sua geografia é diversificada, apresentando vales férteis, áreas desérticas e quatro cadeias montanhosas, incluindo a Cordilheira Central. A República Dominicana, possui uma população estimada em 11,07 milhões de habitantes, com cerca de 83,8% vivendo em áreas urbanas. O país adota o regime de

---

<sup>201</sup> OLMO, Guillermo D. **3 razões que explicam força da economia do Peru mesmo com democracia fragilizada no país**. BBC News Brasil, 3 fev. 2023. Acesso em: 10 maio de 2025.

república multipartidária com duas casas legislativas: o Senado e a Câmara dos Deputados.<sup>202</sup>

Nesse contexto, durante o período colonial, o país teve papel central na história da colonização europeia nas Américas. Após a chegada de Cristóvão Colombo à ilha de Hispaniola em 1492, a região se tornou o primeiro assentamento europeu permanente no Novo Mundo. Desse modo, a cidade de Santo Domingo, fundada oficialmente em 1498, foi a primeira capital da América espanhola e sede do governo colonial, servindo como ponto de partida para as futuras explorações e conquistas no continente americano. Esse período se estendeu até o início do século XIX, quando a região passou por uma série de ocupações e conflitos que levariam, eventualmente, à independência da República Dominicana em 1844.<sup>203</sup>

Ademais, o país emergiu na ditadura de Rafael Leónidas Trujillo Molina na um dos regimes mais longos e repressivos da América Latina, perdurando de 1930 até seu assassinato em 1961. Trujillo chegou ao poder após um golpe de Estado e eleições manipuladas, instaurando uma ditadura marcada pelo autoritarismo, culto à personalidade e violência sistemática contra qualquer forma de oposição. Nesse contexto, ele centralizou o poder político e econômico, controlando

---

<sup>202</sup>BRITANNICA. **Dominican Republic**. 2025. Acesso em: 22 maio de 2025.

<sup>203</sup>ROSA, Renata de Melo. República Dominicana: a construção do pueblo criollo. **Universitas: Relações Internacionais**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 133–150, 2008. Acesso em: 23 maio de 2025.

quase todos os setores do país e enriquecendo pessoalmente, enquanto submetia a população ao medo e à repressão.<sup>204</sup>

Dessa forma, o governo atuava internamente com mão de ferro ao realizar prisões arbitrárias, torturas, desaparecimentos e assassinatos, os quais eram métodos comuns para eliminar opositores. Externamente, embora tenha flertado com o fascismo, Trujillo buscou aproximação com os Estados Unidos durante a Guerra Fria, o que lhe garantiu uma certa convivência internacional por parte de governos ocidentais. Em 1937, seu regime ficou internacionalmente conhecido pelo Massacre do Perejil, em que milhares de haitianos foram brutalmente assassinados na fronteira, como parte de uma política racista de “purificação” da população dominicana.<sup>205</sup>

Com o fim da ditadura de Rafael Trujillo em 1961, a República Dominicana entrou em um período de intensa instabilidade política. Dessa maneira, o país passou por governos provisórios e golpes militares até a eleição de Juan Bosch, em 1962, o primeiro presidente eleito democraticamente com ampla participação popular. No entanto, Bosch foi deposto após apenas sete meses no poder por um golpe militar em 1963, dando lugar a um triunvirato civil. A divisão nas Forças Armadas dominicanas entre os constitucionalistas, que apoiavam o

---

<sup>204</sup>YASHINISHI, Bruno José; HONORATO, Tony. O balir de Trujillo: representações de violências e descivilizações durante a ditadura dominicana no filme O ditador (2005). **Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 320–341, 2024. Acesso em: 23 maio de 2025.

<sup>205</sup>YASHINISHI, Bruno José; HONORATO, Tony. O balir de Trujillo: representações de violências e descivilizações durante a ditadura dominicana no filme O ditador (2005). **Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 320–341, 2024. Acesso em: 23 maio de 2025.

retorno à democracia, e os legalistas, que defendiam o governo golpista, levou à eclosão de uma guerra civil em abril de 1965.<sup>206</sup>

Portanto, temendo que a situação gerasse uma “segunda Cuba” no Caribe, o presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson, decidiu intervir militarmente, rompendo com a tradição de não intervenção direta na América Latina. A Operação *Powerpack* resultou no envio de cerca de 14.600 soldados americanos a Santo Domingo, sob o pretexto de proteger civis e restaurar a ordem. A intervenção ocorreu sem o aval inicial da OEA, que depois foi instrumentalizada para legitimar a ação<sup>207</sup>

Nesse sentido, a OEA acabou por legitimar a intervenção por meio da criação da Força Interamericana de Paz (FIP), que contou com a participação de tropas de diversos países membros, incluindo o Brasil. No entanto, essa legitimação posterior levantou questionamentos sobre a autonomia da organização e sua capacidade de agir de forma independente frente às decisões dos Estados Unidos.<sup>208</sup>

---

<sup>206</sup>MARSON, Ana Carolina de Araujo. **A participação brasileira na crise da República Dominicana: da intervenção norte-americana à saída de tropas da OEA.** 2021. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de São Paulo, Instituto de Relações Internacionais, São Paulo, 2021. Acesso em: 23 maio de 2025.

<sup>207</sup>MARSON, Ana Carolina de Araujo. **A participação brasileira na crise da República Dominicana: da intervenção norte-americana à saída de tropas da OEA.** 2021. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de São Paulo, Instituto de Relações Internacionais, São Paulo, 2021. Acesso em: 23 maio de 2025.

<sup>208</sup>SILVA, Geraldo Martins da. **A intervenção estadunidense em São Domingos e a participação da FAIBRAS: sociabilidades entre brasileiros e dominicanos (1965–1966).** 2009. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, 2009. Acesso em: 23 maio de 2025.

Desse modo, a atuação da OEA nesse episódio evidenciou sua instrumentalização por interesses hegemônicos, comprometendo sua credibilidade como organismo multilateral. Assim, a participação da instituição na intervenção na República Dominicana em 1965 exemplifica os desafios enfrentados por organizações multilaterais em manter sua independência e efetividade diante de ações unilaterais de potências dominantes.<sup>209</sup>

Nesse viés, a crise culminou na formação de um governo provisório liderado por Héctor García Godoy e na realização de novas eleições em 1966. Além do papel central dos EUA, destaca-se a atuação do Brasil, sob o governo militar de Castelo Branco, que enviou o maior contingente à Força Interamericana de Paz, alinhando-se estrategicamente com Washington. Nessa ótica, o episódio consolidou a hegemonia norte-americana na região e evidenciou os efeitos da Guerra Fria sobre a política latino-americana.<sup>210</sup>

Diante do exposto, é mister destacar que a República Dominicana atua em colaboração internacional com foco na manutenção da paz nas américas e reatar relações diplomáticas com países com a democracia fragilizada. Outrossim, o país busca reforçar a sua liderança em fóruns latino-americanos e debater acerca da revitalização da MAPP/OEA.<sup>211</sup>

---

<sup>209</sup>**Ibidem.**

<sup>210</sup>SILVA, Geraldo Martins da. **A intervenção estadunidense em São Domingos e a participação da FAIBRAS: sociabilidades entre brasileiros e dominicanos (1965–1966)**. 2009. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, 2009. Acesso em: 23 maio de 2025.

<sup>211</sup>MARSON, Ana Carolina de Araujo. **A participação brasileira na crise da República Dominicana: da intervenção norte-americana à saída de tropas da**

## 2.21 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

A República Federativa do Brasil é o maior país da América do Sul e da América Latina, fazendo fronteira com todos os países sul-americanos, exceto Chile e Equador. Sua vasta extensão territorial compreende uma diversidade ecológica e cultural expressiva, abarcando desde a floresta amazônica ao norte até os pampas do sul. Com um regime presidencialista e uma Constituição promulgada em 1988, o Brasil consolidou sua democracia após duas décadas de ditadura militar. Entretanto, nos últimos anos, tem enfrentado sucessivas crises institucionais, polarização política intensa e uma crescente desconfiança nas instituições democráticas.<sup>212</sup>

A história política do Brasil revela um percurso marcado por oscilações entre experiências autoritárias e tentativas de consolidação democrática. Desde a Proclamação da República até os dias atuais, a instabilidade institucional e os conflitos entre os Poderes constituem elementos estruturantes da trajetória nacional. No contexto latino-americano, essa instabilidade ganha especial relevo diante das recentes crises democráticas vivenciadas por diversos países da região, quadro que tem sido objeto de atenção por parte de organismos multilaterais, como a Organização dos Estados Americanos.<sup>213</sup>

---

**OEI.** 2021. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de São Paulo, Instituto de Relações Internacionais, São Paulo, 2021. Acesso em: 23 maio de 2025.

<sup>212</sup>CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook:** Brazil – Geography. Acesso em: 23 maio de 2025.

<sup>213</sup>TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. **Para além do voto:** uma narrativa sobre a democracia participativa no Brasil (1975–2010). 2013. Tese (Doutorado em Ciências

Nesse cenário de instabilidade regional, é imprescindível considerar o papel do Brasil como potência regional e ator estratégico na América Latina. Com uma das maiores economias do hemisfério sul, vasto território, abundantes recursos naturais e influência diplomática consolidada, o Brasil historicamente se posiciona como elemento central nos processos de integração regional e mediação de conflitos. Sua atuação na criação e fortalecimento de mecanismos como o Mercosul, a UNASUL e suas respectivas cláusulas democráticas demonstra um compromisso ativo — ainda que por vezes contraditório — com a estabilidade e a defesa da ordem constitucional na região.<sup>214</sup>

À vista disso, o Brasil sempre entendeu a América do Sul não apenas como um espaço geográfico, mas como uma esfera geopolítica de influência prioritária, na qual atua como liderança moderadora diante de crises como as ocorridas no Paraguai (1996) e na Venezuela (2001). Assim, compreender as tensões internas brasileiras à luz de seu protagonismo continental permite reconhecer que eventuais abalos em sua democracia repercutem significativamente sobre todo o equilíbrio político da América Latina.<sup>215</sup>

Atualmente, a estrutura política brasileira está fundada sobre os princípios do presidencialismo federativo, com a separação dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, todos dotados de competências

---

Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2013. Acesso em: 16 maio de 2025

<sup>214</sup>BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior**. Temas & Matizes, n. 14, p. 9–32, segundo semestre de 2008. Acesso em: 23 maio de 2025.

<sup>215</sup>**Ibidem.**

próprias e mecanismos de controle mútuo. Em tese, esse arranjo visa assegurar o equilíbrio institucional e impedir abusos de autoridade.<sup>216</sup>

No entanto, ao longo das últimas décadas, o sistema tem demonstrado fragilidades significativas, expressas em conflitos constantes entre os Poderes, elevada judicialização da política e acentuada polarização ideológica. Essa configuração tem produzido sucessivas crises de governabilidade, gerando desconfiança da população em relação à eficácia das instituições democráticas.<sup>217</sup>

Sob essa ótica, o período recente evidencia a persistência de um padrão de instabilidade política que compromete a qualidade da democracia no Brasil. À vista disso, a despeito da realização regular de eleições e do funcionamento formal das instituições, observa-se o avanço de discursos autoritários, a deterioração do debate público e o enfraquecimento dos canais de participação social.<sup>218</sup>

Cabe ressaltar que a desinformação amplificada por redes digitais, os ataques sistemáticos ao Poder Judiciário e à imprensa, bem como a deslegitimação das organizações da sociedade civil, configuram um

---

<sup>216</sup>TATAGIBA, Luciana. **Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 49, p. 65–84, 2002. Acesso em: 15 maio de 2025.

<sup>217</sup>TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. **Para além do voto: uma narrativa sobre a democracia participativa no Brasil (1975–2010)**. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2013. Acesso em: 16 maio de 2025

<sup>218</sup>**Ibidem.**

ambiente de tensão democrática que ameaça os marcos constitucionais estabelecidos em 1988 com a promulgação da Constituição Federal.<sup>219</sup>

Em face do exposto, analisa-se que esse cenário reflete uma crise que é, ao mesmo tempo, institucional e social. De um lado, os mecanismos de controle e freios institucionais são tensionados por atores políticos que buscam ampliar suas prerrogativas à margem da legalidade democrática.<sup>220</sup>

De outro, as desigualdades estruturais e a exclusão social persistem como obstáculos à construção de uma democracia substantiva, centrada na efetivação de direitos e na ampliação da participação cidadã. Assim, a crise democrática brasileira não se resume apenas a uma disputa entre elites políticas, mas expressa uma crise mais profunda de representação, de legitimidade e de sentido da própria política.<sup>221</sup>

No plano internacional, o Brasil historicamente se posicionou como defensor da ordem constitucional e da democracia representativa no âmbito da OEA. Contudo, as contradições entre o discurso externo e a realidade doméstica são evidentes. Enquanto assume compromissos com cláusulas democráticas, como no Protocolo de Ushuaia do Mercosul, e participa de missões de observação eleitoral, o país

---

<sup>219</sup>NEVES, Marcelo Lopes de Souza. **Constitucionalismo achado na rua e crise política no Brasil: democracia de baixa intensidade ou legalidade autoritária?** Novos Estudos CEBRAP, n. 113, p. 9–27, 2019. Acesso em: 15 maio de 2025.

<sup>220</sup>AVRITZER, Leonardo. **Democracia e os limites da institucionalização da política.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 25, n. 73, p. 37–52, 2010. Acesso em: 15 maio de 2025.

<sup>221</sup>AVRITZER, Leonardo. **Democracia e os limites da institucionalização da política.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 25, n. 73, p. 37–52, 2010. Acesso em: 15 maio de 2025.

enfrenta retrocessos em matéria de direitos civis, liberdade de expressão e garantias institucionais. Destaca-se que essa dissonância compromete não apenas sua credibilidade internacional, mas também enfraquece os esforços regionais de defesa da democracia.<sup>222</sup>

Nesse sentido, compreender o Brasil no contexto das crises democráticas da América Latina requer não apenas a análise de sua estrutura institucional, mas também a consideração das dinâmicas sociais e históricas que moldam seu presente. O desafio fundamental reside na superação da naturalização da exceção como elemento corriqueiro do ordenamento político, impondo-se, assim, a necessidade de rearticular a democracia como uma prática efetivamente cotidiana, pautada nos princípios da justiça social, da inclusão e do reconhecimento da diversidade.<sup>223</sup>

## 2.22 REPÚBLICA ORIENTAL DO URUGUAI

A República Oriental do Uruguai possui uma população estimada de 3,5 milhões de habitantes e uma área territorial de 176.215 km<sup>2</sup>. Banhado pelo oceano Atlântico ao sul, faz fronteira com o Brasil ao norte e a Argentina ao oeste.<sup>224</sup>

O processo de independência do Uruguai foi marcado por disputas entre potências regionais, especialmente o Império do Brasil e as Províncias

---

<sup>222</sup>LOPES, Dawisson Belém. **Política externa e democracia no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2013. Acesso em: 17 maio de 2025

<sup>223</sup>LOPES, Dawisson Belém. **Política externa e democracia no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2013. Acesso em: 17 maio de 2025.

<sup>224</sup>CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**: Uruguay. Acesso em: 15 de maio de 2025.

Unidas do Rio da Prata (atual Argentina). Após a ocupação brasileira e a anexação do território como Província Cisplatina em 1821, uma nova guerra eclodiu, culminando na assinatura da Convenção Preliminar de Paz de 1828, sob mediação britânica. Foi a partir desse acordo que o Uruguai conquistou sua independência formal, tornando-se um Estado entre os dois países vizinhos.<sup>225</sup>

Em contraste com a instabilidade política que afeta diversos países latino-americanos, marcados por crises institucionais e rupturas democráticas, o Uruguai é amplamente reconhecido como uma das democracias mais estáveis e sólidas da região. Com uma trajetória de avanços sociais e políticos desde o início do século XX, foi pioneiro em legislações sobre direitos trabalhistas, igualdade de gênero, laicidade do Estado e garantias civis, o que lhe rendeu o apelido de “Suíça da América Latina”.<sup>226</sup>

A posição geopolítica do Uruguai, entre os dois gigantes regionais, Brasil e Argentina, moldou uma política externa historicamente marcada pela mediação e diplomacia multilateral. Assim, a vocação integradora do país se expressa na defesa do regionalismo aberto, voltado à cooperação e à inserção internacional competitiva, especialmente no âmbito do Mercosul<sup>227</sup>.

---

<sup>225</sup>ARAÚJO, Luiz Antônio. **A guerra contra o Brasil que levou à independência do Uruguai**. BBC News Brasil, 23 abril de 2025. Acesso em: 26 maio de 2025.

<sup>226</sup>CASTRO, R. E. de. A estabilidade da democracia e a cultura política no Uruguai: revisão a partir da ciência política uruguaia. BIB - **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S. l.], n. 96, 2021. Acesso em: 18 maio de 2025.

<sup>227</sup>**Ibidem**.

Importante destacar que, durante boa parte da segunda metade do século XX, o Uruguai, assim como outras nações latino-americanas, esteve submetido a um regime autoritário. A ditadura militar uruguaia, instaurada em 1973 e encerrada em 1985, foi resultado de um contexto de polarização política, crise econômica e instabilidade institucional, amplificado pelas tensões ideológicas da Guerra Fria que atravessavam o continente.<sup>228</sup>

Com a transição democrática iniciada em 1985, a sociedade uruguaia passou por um processo de profunda revalorização da democracia e das instituições republicanas. Portanto, manteve eleições livres, regulares e transparentes, com alternância pacífica de poder entre partidos de diferentes espectros ideológicos e nem mesmo a grave crise econômica de 2002 abalou a integridade institucional do país, que demonstrou elevada resiliência democrática e fortalecimento da confiança pública nas instituições.<sup>229</sup>

Frente ao cenário de redemocratização, surgiu o movimento que se consolidou como reforma constitucional de 1997, o qual procurou sanar os déficits de governabilidade observados nas primeiras décadas de retorno à democracia.<sup>230</sup>

Contudo, o modelo adotado no país se diferencia por seu caráter pluralista, exigindo do Executivo constante articulação com o Legislativo. Esse desenho institucional estimula o diálogo interpartidário, a formação

---

<sup>228</sup>**Ibidem.**

<sup>229</sup>PORTAL LATINO-AMERICANO. **Uruguai**. São Paulo: Universidade de São Paulo, [2024]. Acesso em: 14 maio de 2025.

<sup>230</sup>**Ibidem.**

de coalizões e o compromisso político, fatores que têm favorecido a estabilidade democrática mesmo em contextos de fragmentação partidária ou de mudanças ideológicas no governo. A separação entre os três Poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário — é respeitada e garantida, e a cultura política nacional privilegia o pragmatismo, o respeito institucional e a construção de consensos sobre a rigidez ideológica.<sup>231</sup>

Nesse sentido, o Uruguai emerge como um caso paradigmático de democracia resiliente na América Latina, não apenas pela manutenção de eleições livres e periódicas, mas também pela capacidade de superar crises institucionais sem retrocessos autoritários. Os sucessivos governos eleitos desde a redemocratização têm respeitado os limites constitucionais e contribuído para o fortalecimento do Estado de Direito e as reformas institucionais empreendidas não visaram à concentração de poder, mas sim ao equilíbrio dinâmico entre governabilidade e legitimidade.<sup>232</sup>

Diante desse percurso histórico singular, marcado por disputas regionais, períodos de autoritarismo e uma vigorosa transição democrática, a delegação da República Oriental do Uruguai apresenta-se na OEA como expressão de um modelo político construído sobre os

---

<sup>231</sup>DECRESOI, S. O sistema político, partidário e eleitoral do Uruguai. **Revista Sem Aspás**, Araraquara, v. 4, p. 48–62, 2015. DOI: 10.29373/sas.v4i0.7114. Acesso em: 18 maio de 2025.

<sup>232</sup>DECRESOI, S. O sistema político, partidário e eleitoral do Uruguai. **Revista Sem Aspás**, Araraquara, v. 4, p. 48–62, 2015. DOI: 10.29373/sas.v4i0.7114. Acesso em: 18 maio de 2025.

pilares da estabilidade institucional e da cultura democrática como promotora dos direitos humanos e da resolução pacífica de conflitos.

### 3 DELEGAÇÕES OBSERVADORAS

No contexto da OEA, as delegações observadoras são representações de países ou organizações internacionais que, apesar de não serem membros plenos do comitê, participam do debate e das negociações do comitê apenas com o poder de voz. Ao longo dos debates, os observadores devem participar de forma intensa, colaborando com as discussões e com o processo de construção do documento de resolução.

#### 3.1 REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA

A Venezuela, oficialmente República Bolivariana da Venezuela, é um país situado na América do Sul, fazendo fronteira ao norte com o Mar do Caribe, a oeste com a Colômbia, ao sul com o Brasil, e a leste com a Guiana. Com uma área de aproximadamente 916.445 km<sup>2</sup> e uma população estimada em 28 milhões de habitantes, o país destaca-se por sua localização estratégica, grandes reservas de petróleo e diversidade geográfica. Essa combinação confere à Venezuela um papel importante no cenário regional sul-americano, bem como influência considerável nos assuntos energéticos globais.<sup>233</sup>

Inicialmente parte do Império Espanhol, a Venezuela foi um dos primeiros territórios sul-americanos a iniciar o processo de independência, com a Revolução de 1810, inspirada pelos ideais iluministas e pelas experiências revolucionárias na América do Norte e na Europa. Sob a liderança de Simón Bolívar, a independência foi

---

<sup>233</sup>IBGE. **Países**. Acesso em 22 maio de 2025.

declarada oficialmente em 1811<sup>234</sup>, embora apenas consolidada após prolongados conflitos armados, culminando na vitória das forças patriotas em 1821, na Batalha de Carabobo.<sup>235</sup>

Dessa forma, ao longo do século XIX, a Venezuela passou por uma série de instabilidades políticas, caracterizadas por guerras civis, caudilhismo e a dificuldade em consolidar um Estado nacional coeso. A economia manteve-se baseada na agricultura de exportação, especialmente o cacau, enquanto o poder político era concentrado nas mãos de elites regionais.<sup>236</sup>

Apenas no início do século XX, com a descoberta de vastas reservas de petróleo na região de Maracaibo, a Venezuela começou a se transformar significativamente. A exploração petrolífera atraiu capital estrangeiro, urbanizou o país e alterou profundamente sua estrutura econômica e social, mas também consolidou um modelo de dependência das receitas petroleiras, que se tornaria um traço permanente da economia venezuelana.<sup>237</sup>

Ademais, durante o século XX, a Venezuela vivenciou alternâncias entre regimes autoritários e experiências democráticas. O governo de Juan Vicente Gómez (1908–1935) exemplificou um período de ditadura

---

<sup>234</sup>JARDIM, Claudia. **Venezuela celebra bicentenário da independência**. Acesso em 22 maio de 2025.

<sup>235</sup>BRITTANICA. **Carabobo**. Acesso em 22 maio de 2025.

<sup>236</sup>**Ibidem**.

<sup>237</sup>CLAPIS, G. A VIOLÊNCIA DE ESTADO COMO FORMA DE MANUTENÇÃO DO PODER: O CASO VENEZUELANO. **O Cosmopolítico**, v. 4, n. 3, p. 9-16, 13 fev. 2019. Acesso em: 30 maio de 2025.

centralizadora e modernização econômica impulsionada pela renda do petróleo. Após sua morte, o país experimentou novas fases de instabilidade até que, em 1958, após a queda do ditador Marcos Pérez Jiménez, foi instaurado um regime democrático. Esse período marcou a assinatura do Pacto de Punto Fijo, um acordo entre os principais partidos políticos que assegurou a estabilidade democrática nas décadas seguintes.<sup>238</sup>

Por conseguinte, nas décadas de 1960 e 1970, a Venezuela foi considerada uma das democracias mais estáveis da América Latina, além de se beneficiar do chamado "boom do petróleo", que promoveu crescimento econômico, expansão dos serviços públicos e políticas sociais de inclusão. A nacionalização da indústria petrolífera em 1976, com a criação da PDVSA (Petróleos de Venezuela S.A.), simbolizou a busca por soberania econômica e fortalecimento do papel do Estado na gestão dos recursos naturais. Contudo, a excessiva dependência do petróleo também expôs o país à volatilidade dos preços internacionais, gerando ciclos de prosperidade e crise.<sup>239</sup>

Já a partir da década de 1980, a Venezuela enfrentou graves crises econômicas e políticas, impulsionadas pela queda dos preços do petróleo, pelo endividamento externo e por políticas de ajuste estrutural.<sup>240</sup> O descontentamento social explodiu em 1989 com o

---

<sup>238</sup>NEVES, Rômulo Figueira. **Cultura Política e Elementos de Análise da Política Venezuelana**. Acesso em 22 maio de 2025.

<sup>239</sup>GUIMARÃES, Everson Muniz. **Venezuela e Petróleo: Os Caminhos e Consequências da Dependência Econômica**. Acesso em 22 maio de 2025.

<sup>240</sup>PARDO, Diego. **Como era a 'Venezuela saudita', um dos países mais ricos dos anos 50 e 80**. Acesso em 22 maio de 2025

*Caracazo*, uma série de protestos populares reprimidos com violência pelo governo de Carlos Andrés Pérez, resultando em centenas de mortes e marcando o descrédito das elites políticas tradicionais.

Dessa forma, o referido ambiente de crise abriu caminho para a ascensão de novas lideranças políticas, entre elas Hugo Chávez, um tenente-coronel do Exército que, em 1992, liderou uma tentativa fracassada de golpe de Estado, mas ganhou notoriedade nacional.<sup>241</sup>

Nesse hiato temporal, Hugo Chávez foi eleito presidente, combinando críticas ao neoliberalismo e à corrupção com propostas de refundação nacional. Em 1999, liderou a promulgação de uma nova Constituição que instituiu a "República Bolivariana da Venezuela" e reforçou mecanismos de participação popular.<sup>242</sup>

Após a morte de Chávez, em 2013, Nicolás Maduro assumiu a presidência e deu continuidade ao projeto político bolivariano, mas em meio a uma conjuntura de colapso econômico, hiperinflação e crescente isolamento internacional.<sup>243</sup> A queda acentuada dos preços do petróleo, combinada com políticas econômicas ineficientes, resultou em uma das mais graves crises humanitárias e migratórias da América Latina contemporânea. Milhões de venezuelanos deixaram o país em busca de melhores condições de vida, enquanto o governo endureceu a

---

<sup>241</sup>MADEIRA, Pedro. **El Caracazo**: Há 30 anos, repressão a protestos contra o governo na Venezuela deixou quase 300 mortos. Acesso em 22 maio de 2025.

<sup>242</sup>**Ibidem.**

<sup>243</sup>ARAÚJO. Rafael Pinheiro, SILVA. Érica Sarmiento da. **O Governo de Nicolás Maduro (2013-2023): Crises, Autoritarismo e Migrações Forçadas**. Acesso em 22 maio de 2025.

repressão contra a oposição, restringiu liberdades civis e enfraqueceu o Estado de Direito.<sup>244</sup>

Já a partir de 2017, a Venezuela mergulhou em uma crise política de grandes proporções, com a eleição de uma Assembleia Constituinte contestada, a repressão a protestos populares e a intensificação do isolamento diplomático. A oposição, liderada por Juan Guaidó, em 2019, chegou a declarar um governo paralelo, com reconhecimento de parte da comunidade internacional, mas não conseguiu efetivamente deslocar Maduro do poder. O país passou, assim, a conviver com uma polarização política extrema, erosão institucional e uma economia devastada, com índices alarmantes de inflação, desemprego e pobreza.<sup>245</sup>

Nos dias atuais, a Venezuela permanece sob o governo de Nicolás Maduro, que, embora contestado, mantém o controle das Forças Armadas e dos principais instrumentos de poder. O país realiza eleições, mas estas são amplamente questionadas por organismos internacionais quanto à sua transparência e legitimidade, e as restrições à liberdade de imprensa e aos direitos políticos são recorrentes.<sup>246</sup>

---

<sup>244</sup>OIM. **Número de refugiados e migrantes da Venezuela no mundo atinge 3,4 milhões.** Acesso em 22 maio de 2025.

<sup>245</sup>TAJRA, Alex. **Na Venezuela, Guaidó se declara presidente no lugar de Maduro.** Acesso em 22 maio de 2025.

<sup>246</sup>BERMUDEZ, Angel. **Por que eleição na Venezuela é a mais imprevisível em 11 anos.** Acesso em 22 maio de 2025.

### 3.2 REPÚBLICA DE CUBA

A República de Cuba é um país localizada na América Central, entre o Mar do Caribe e o Oceano Atlântico Norte, possuindo a estimativa de 10.966.038 de habitantes, divididos em um território de 110.860 km<sup>2</sup>. Atualmente, é o único Estado socialista das Américas, razão pela qual, desde a Revolução Cubana, os Estados Unidos impõem um embargo econômico à ilha, proibindo ou limitando suas relações comerciais, o que gera diversos impasses ao seu desenvolvimento.<sup>247</sup>

Última colônia da América Latina a libertar-se do domínio espanhol, Cuba passou a sofrer com a intervenção direta dos Estados Unidos já em seus movimentos independentistas. Dali em diante, se estabeleceria uma relação marcada não somente pela dependência econômica, mas também pela interferência estadunidense nos assuntos políticos da ilha, o que se iniciaria com o governo provisório encabeçado pelo general John R. Brooke, em 1898, e perduraria até a segunda metade do Século XX, com o golpe militar liderado pelo então candidato à presidência Fulgencio Batista. Estes eventos foram intercalados por curtos períodos de eleições democráticas.<sup>248</sup>

Nesse contexto, houve o fortalecimento do movimento guerrilheiro, liderado por Fidel Castro, o que posteriormente culminaria em um processo revolucionário que seria responsável por mudar drasticamente a estrutura institucional do país. Após a derrocada de Batista pelas

---

<sup>247</sup>CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**: Cuba. Acesso em: 21 maio de 2025.

<sup>248</sup>AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora UNESP, 2024.

forças revolucionárias, houve a instituição de um governo provisório em 1º de janeiro de 1959, ocasião em que Castro assumiu o posto de Primeiro-Ministro de Cuba.<sup>249</sup>

Ocorrida no auge da Guerra Fria, a Revolução Cubana logo proclama seu caráter socialista, conquistando o apoio e financiamento por parte da União Soviética. Por outro lado, obteve o repúdio dos Estados Unidos, que passou a adotar medidas intervencionistas na ilha, inclusive por intermédio da Organização dos Estados Americanos (OEA), o que resultou na suspensão de Cuba do organismo e na decretação do embargo econômico, medidas estas que propiciaram o isolamento de Cuba em relação à região. Neste período, destacam-se episódios como a Invasão da Baía dos Porcos, em 1959, e a Crise dos Mísseis, iniciada em 1962.<sup>250</sup>

Em 1976, é encerrado o governo provisório, e naquele ano, foi promulgada a primeira Constituição do país após o início da Revolução. A partir de então, os desenhos institucionais da ilha passaram a ser mais bem delimitados. Com o advento da nova ordem política, instituiu-se oficialmente o Partido Comunista Cubano (PCC) como único partido político legalizado, e a Assembleia Nacional do Poder Popular<sup>251</sup> como o

---

<sup>249</sup>GARCÍA, Yoel Carrillo. Regime Político e Qualidade das Leis em Cuba. **Cad. Esc. Legisl.**, Belo Horizonte, v. 11, n. 17, p. 85-121, jul./dez. 2009. Acesso em: 22 maio de 2025.

<sup>250</sup>BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

<sup>251</sup>Apesar de não haver eleições presidenciais diretas em Cuba, desde a Constituição de 1976, o país realiza eleições para alguns órgãos que integram o regime político. Para além da Assembleia Nacional do Poder Popular, no âmbito nacional, também são eleitos pelo voto direto as Assembleias Provinciais,

parlamento da República de Cuba e órgão máximo do poder do Estado.<sup>252</sup>

Ainda naquele ano, a Assembleia Nacional elegeu Fidel Castro Presidente do Conselho de Estado de Cuba, cargo que exerceu até 2006, após eleições sucessivas. Com sua renúncia, as funções presidenciais do país foram exercidas provisoriamente por seu irmão Raul Castro até o ano de 2008, período em que assumiu, oficialmente, o cargo de Presidente do Conselho de Estado, o que perdurou até 2018.<sup>253</sup>

Importante mencionar que desde 1991, com a extinção da União Soviética, Cuba passa por diversas transformações em seu âmbito institucional, a fim de readequar ao novo cenário econômico e geopolítico mundiais. A partir de então, o país realizou algumas reformas constitucionais, nos anos de 1992, 2002 e 2012, buscando na abertura econômica novas formas de custear seus serviços públicos sociais. Estas reformas também introduziram no ordenamento cubano alguns mecanismos que possibilitam a participação da população no processo de tomada de decisões.<sup>254</sup>

---

Assembleias Municipais, e os Conselhos Populares. Confere: GARCÍA, Yoel Carrillo. Regime Político e Qualidade das Leis em Cuba. **Cad. Esc. Legis.**, Belo Horizonte, v. 11, n. 17, p. 85-121, jul./dez. 2009.

<sup>252</sup>GARCÍA, Yoel Carrillo. Regime Político e Qualidade das Leis em Cuba. **Cad. Esc. Legis.**, Belo Horizonte, v. 11, n. 17, p. 85-121, jul./dez. 2009.

<sup>253</sup>**Ibidem.**

<sup>254</sup>BARBOSA, Maria Lúcia; BELLO, Enzo. A Constituição da República de Cuba de 2019: ampliação democrática e regulação econômica como desafios do tempo presente ao socialismo real. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**. v.13, n.3, 2019. Acesso em: 21 maio de 2025.

Nesse sentido, merece destaque a criação das Assembleias de Base e Conselhos Populares, instituídos pela reforma constitucional de 1992, que buscam viabilizar o conhecimento e atenção das necessidades e interesses dos habitantes das comunidades urbanas e rurais do país, sendo considerados instrumentos democracia participativa.<sup>255</sup>

Este cenário se consolida, sobretudo, após renúncia de Raul Castro. No ano de 2018, é eleito pela Assembleia Nacional do Poder Popular o Presidente Miguel Díaz-Canel, e no ano seguinte, o país passa por nova Assembleia Constituinte. A Constituição cubana de 2019 apresenta inovações no sentido da ampliação democrática, a exemplo da limitação temporal do exercício do mandato, que passa a ser de cinco anos, prorrogáveis por mais cinco, previsão que inexistia na Constituição anterior.<sup>256</sup>

Entretanto, apesar do país se autodeclarar uma democracia socialista, diversos organismos internacionais destacam o caráter autoritário da ilha. Segundo o Relatório Mundial de 2025 emitido pela **Humans Right Watch**, dentre as medidas repressivas adotadas pelo Governo de Cuba, destaca-se a realização de detenções e acusações arbitrárias, direcionadas opositores políticos do regime cubano, a restrição da

---

<sup>255</sup>BARBOSA, Maria Lúcia; BELLO, Enzo. A Constituição da República de Cuba de 2019: ampliação democrática e regulação econômica como desafios do tempo presente ao socialismo real. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**. v.13, n.3, 2019.

<sup>256</sup>**Ibidem.**

liberdade de expressão, dentre a violação aos direitos econômicos, sociais e culturais da população cubana.<sup>257</sup>

Por fim, vale ressaltar que a Organização dos Estados Americanos (OEA) suspendeu a República de Cuba de sua participação no Sistema Interamericano em 1962, entretanto, revogou a suspensão em 2009. Segundo a OEA, a participação de Cuba no organismo será o resultado de um processo de diálogo iniciado a pedido do Governo da República de Cuba e em conformidade com as práticas, os propósitos e princípios da OEA.<sup>258</sup>

Assim, a República de Cuba apresenta diversas particularidades no campo da geopolítica, ora sendo defendida, ora condenada pela comunidade internacional. Por um lado, há o reconhecimento, por parte das Nações Unidas, do prejuízo oferecido pelo bloqueio econômico à soberania cubana. Entretanto, o regime instituído na ilha também recebe duras críticas, que se concentram, sobretudo, na adoção do sistema unipartidário, na limitação das eleições diretas, na restrição da liberdade de expressão e nas alegadas violações aos direitos fundamentais de seus opositores.

---

<sup>257</sup>HUMAN RIGHTS WATCH. **Relatório Mundial 2025**: Cuba. Nova Iorque: Human Rights Watch, 2025. Acesso em: 31 maio de 2025.

<sup>258</sup>ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Estados membros**. Acesso em: 30 maio de 2025.

## 4 CONCLUSÃO

Conforme apresentado ao longo deste Guia, a Organização dos Estados Americanos e a história de seus Estados-membros demonstram a necessidade latente de que as nações busquem evitar a ascensão de novos ciclos autoritários a partir da diplomacia. Além disso, a representação plural demonstra o amplo espectro ideológico presente na Organização, que se somam aos interesses de cada delegação representada no debate.

No cenário exposto, torna-se necessário a mobilização, a colaboração e a atuação dos Estados americanos em prol da manutenção da estabilidade democrática na região. E, além disso, buscar – em conjunto – soluções para um problema atemporal e com profundas razies históricas e sociais na região.

Em concluso, deve-se destacar que o conteúdo não se esgota neste Guia Anexo, existindo diversas fontes materiais sobre as crises democráticas e instabilidade política na América Latina e a história e posicionamento de cada Estado sobre este. O caráter de um comitê que visa o estabelecimento de uma normalidade democrática também é um incentivo ao diálogo, inclusive com as delegações observadoras, sendo este um fator-chave para o bom andamento do comitê e da resolução da problemática citada.

## REFERÊNCIAS

ABENTE BRUN, Diego. **Estatalidad y calidad de la democracia en Paraguay**. *América Latina Hoy*, Salamanca, n. 60, p. 43-66, abril de 2012. Disponível em: Redalyc. Acesso em: 23 maio de 2025

ALONSO, Juan Francisco. **O que é a ideologia libertária que Javier Milei, candidato à Presidência na Argentina, diz seguir**. Disponível em: G1. Acesso em 20 maio de 2025.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. Bolívia, 1964 – Os militares também golpeiam. **Proj. História**, v. 31, p. 131–146, dez. 2005. Disponível em: Revistas PUCSP. Acesso em: 30 maio de 2025.

ANDRADE, Everaldo de Oliveira. História Econômica da Bolívia Contemporânea. **Caderno de Ciências Sociais**, vol. 3, fundação ABC, pp. 91-133, 2012. Acesso em: 30 maio de 2025.

ANGELL, Alan; POLLACK, Benny. **The Chilean Elections of 1989 and the Politics of the Transition to Democracy**. *Bulletin of Latin American Research*, v. 9, n. 1, p. 1–23, 1990.

ARAÚJO, Luiz Antônio. **A guerra contra o Brasil que levou à independência do Uruguai**. BBC News Brasil, 23 abril de 2025. Acesso em: 26 maio de 2025.

ARAÚJO, Matheus Alexandre; PEREIRA, Vanessa dos Santos. **Rupturas, neogolpismo e América Latina: uma análise sobre Honduras, Paraguai e Brasil**. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 125–136, jan./abril de 2018. Acesso em: 24 maio de 2025.

ARAÚJO. Rafael Pinheiro, SILVA. Érica Sarmiento da. **O Governo de Nicolás Maduro (2013-2023): Crises, Autoritarismo e Migrações Forçadas**. Acesso em 22 maio de 2025.

ARGENTINA. **Argentina, nuestro país**. Acesso em: 20 maio de 2025.

ÁVILA-CLAUDIO, Ronald. **'Os problemas que vemos no Haiti foram perpetuados pelas organizações internacionais'**. BBC News Brasil, 13 março de 2024. Acesso em: 22 maio de 2025.

ÁVILA, Carlos Federico Domínguez. Democracia y liberación nacional en el Caribe: el caso de Granada (1979-1983). **Revista Brasileira do Caribe**. Acesso em: 13 maio de 2025.

AVILA, Domínguez; FEDERICO, Carlos. **GUERRA E PAZ EM EL SALVADOR (1979-1992)**: um estudo com fontes brasileiras. UM ESTUDO COM FONTES BRASILEIRAS. Acesso em: 14 maio de 2025.

AVRITZER, Leonardo. **Democracia e os limites da institucionalização da política**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 25, n. 73, p. 37–52, 2010. Acesso em: 15 maio de 2025.

AYERBE, Luis Fernando. **A Revolução Cubana**. São Paulo: Editora UNESP, 2024.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **De Martí a Fidel**: A Revolução Cubana e a América Latina. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior**. Temas & Matizes, n. 14, p. 9–32, segundo semestre de 2008. Acesso em: 23 maio de 2025.

BARBOSA, Maria Lúcia; BELLO, Enzo. A Constituição da República de Cuba de 2019: ampliação democrática e regulação econômica como desafios do tempo presente ao socialismo real. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**. v.13, n.3, 2019. Acesso em: 22 maio de 2025.

BECERRA, Longino. **Evolución histórica de Honduras**. Baktun Editorial, 1983. Acesso em: 20 maio de 2025.

BERMUDEZ, Angel. **Por que eleição na Venezuela é a mais imprevisível em 11 anos**. Acesso em 22 maio de 2025.

BOCCA, Pedro; MELLO, Fátima; BERRÓN, Gonzalo. **Equador**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016. 274 p. (Nossa América Nuestra). ISBN 978-85-5708-064-5. Acesso em: 24 maio de 2025.

BOENINGER, Edgardo. **Democracia en Chile**: lecciones para la gobernabilidad. Santiago: LOM Ediciones, 2012. Acesso em: 15 maio de 2025.

BOENINGER, Edgardo. **Democracia en Chile**: lecciones para la gobernabilidad. Santiago: LOM Ediciones, 2012. Acesso em: 17 mai 2025.

BRITANNICA. **Dominican Republic**. 2025. Acesso em: 22 maio de 2025.

BRITANNICA. *Jamaica*. Encyclopaedia Britannica. Acesso em: 17 maio de 2025.

BRITANNICA. **United States**. Acesso em 22 maio de 2025

BRITTANICA. **Carabobo**. Acesso em 22 maio de 2025

BUENO, Gilvan. **Não é sobre tarifa, é sobre dívida pública**. Acesso em 22 maio de 2025.

BUSQUETS, José Miguel; SARLO, Oscar. **Reformas constitucionais em contextos autoritários**: os casos do Chile e do Uruguai em 1980. Revista de Direito Público Contemporâneo, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 199-218, jul./dez. 2024. Acesso em: 23 maio de 2025.

CAMP, Roderic Ai. **Mexico**: What Everyone Needs to Know. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2017. Acesso em: 22 maio de 2025.

CANDEAS, Alessandro. **A integração Brasil-Argentina**. História de uma ideia na “visão do outro”. P. 236. Acesso em 20 maio de 2025

CASTRO, R. E. de. A estabilidade da democracia e a cultura política no Uruguai: revisão a partir da ciência política uruguaia. BIB - **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, [S. l.], n. 96, 2021. Acesso em: 18 maio de 2025.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook** Grenada. Acesso em: 07 maio de 2025.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. The World Factbook: Bolívia. Acesso em: 30 maio de 2025

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**: Brazil – Geography. Acesso em: 23 maio de 2025.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook**: Canada. Acesso em: 22 maio de 2025.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook:** Chile. Acesso em: 23 maio de 2025.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook:** Costa Rica. Acesso em: 15 maio de 2025.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook:** Cuba. Acesso em: 21 maio de 2025.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook:** El Salvador. Acesso em: 13 maio de 2025.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook:** **Guatemala.** Acesso em: 22 maio de 2025.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook:** Honduras. Acesso em: 20 maio de 2025.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook:** Nicaragua. Acesso em: 30 maio de 2025.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook:** Panama. Acesso em: 20 maio de 2025.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook:** Paraguay. Acesso em: 23 maio de 2025.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook:** Peru. Acesso em: 10 de maio de de 2025.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook:** Uruguay. Acesso em: 15 de maio de de 2025.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook:** Uruguay. Acesso em: 15 de maio de de 2025.

CLAPIS, G. A VIOLÊNCIA DE ESTADO COMO FORMA DE MANUTENÇÃO DO PODER: O CASO VENEZUELANO. **O Cosmopolítico**, v. 4, n. 3, p. 9-16, 13 fev. 2019. Acesso em: 30 maio de 2025.

COSTA, Fernando Antônio de Oliveira. O Instituto do Habeas Corpus. **THEMIS - Revista da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará**, V.7 n.1 jan/jul 2009.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Densidade democrática e instabilidade na redemocratização latino-americana**. In: Carlos Fico e outros. Ditadura e democracia na América Latina. 1ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, p. 321-338

DA SILVA, Paulo Roberto Costa; DOS SANTOS, Anderson Alves; CRISTI, Miguel Ahumada. A revolução de granada e a participação de Paulo Freire no movimento revolucionário. **Revista Espirales**, v. 8, n. 2, p. 83-111, 2024. Acesso em: 18 maio de 2025.

DE FARIAS, Tássio Ricelly Pinto; COSTA, Jean Henrique. **Da Jamaica ao Brasil**: por uma história social do reggae. *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, n. 2016-03, 2016. Acesso em: 17 maio de 2025.

DECRESCI, S. O sistema político, partidário e eleitoral do Uruguai. *Revista Sem Aspas*, Araraquara, v. 4, p. 48–62, 2015. DOI: 10.29373/sas.v4i0.7114. Acesso em: 18 maio de 2025.

DUARTE, João Paulo Gusmão P. **Guerra ao Terror**: Uma guerra na sociedade de controle. Acesso em 22 maio de 2025.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. **Colombia**. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Colombia>. Acesso em: 22 maio de 2025.

ESPINOZA, Markus; DEN HELD, Douwe. **Unmasking the Foreign Players on Ecuador's Criminal Chessboard**. InSight Crime, 7 março de 2024. Acesso em: 24 maio de 2025.

FAGUNDES, Ernesto. “Patria ou muerte”: os 30 anos da Revolução Sandinista. **Revista Espaço Acadêmico**, n.103, dez. 2009. Acesso em: 22 maio de 2025.

FAGUNDES, Ernesto. “Patria ou muerte”: os 30 anos da Revolução Sandinista. **Revista Espaço Acadêmico**, n.103, dez. 2009.

FIGLINO, Beatriz. **Guerra Fria**: Um período, três olhares. Acesso em 22 maio de 2025

FLEURY, Michelle. **O Canal do Panamá tem salvação?** O Canal do Panamá tem salvação?. Acesso em: 22 maio de 2025.

FRANCA, Tereza Cristina Nascimento. De observador a membro integral: a lenta caminhada multilateral do Canadá em direção à OEA

(1972-1990). **Interfaces Brasil/Canadá, Pelotas**, v. 13, n. 1, p. 91–107, 2013. Acesso em: 20 maio de 2025.

FREEDOM HOUSE. **Haiti: Freedom in the World 2025**. 2025. Acesso em: 22 maio de 2025.

FREEDOM HOUSE. **Mexico: Freedom in the World 2025 Country Report**. 2025. Acesso em: 22 maio de 2025.

FREEMAN, Will. **Ecuador's Next President Will Face Debt, Drought, and Gangs**. Council on Foreign Relations, 20 fev. 2025. Acesso em: 22 maio de 2025.

G1. **Daniel Ortega conquista 4º mandato consecutivo na Nicarágua; país é um Estado policial, diz CIDH**. 2021. Acesso em: 30 maio de 2025.

G1. **Ex-presidente da Bolívia, Áñez é condenada a 10 anos de prisão**. Acesso em: 30 maio de 2025.

GARCÍA, Yoel Carrillo. Regime Político e Qualidade das Leis em Cuba. **Cad. Esc. Legisl.**, Belo Horizonte, v. 11, n. 17, p. 85-121, jul./dez. 2009.

GELLMAN, Mneesha. **The Democracy Crisis in El Salvador: an overview (2019-2022)**. An Overview (2019-2022). Acesso em: 14 maio de 2025.

GONZÁLEZ, Mirla. **Cicatriz de la memoria: la matanza de 1932 en el salvador**. La matanza de 1932 en El Salvador. Acesso em: 13 maio de 2025.

GRISALES, Sandra Patrícia Arenas. Colômbia: a memória em meio à guerra. **Tempo Social**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 5–26, nov. 2013. Acesso em: 22 maio de 2025.

GUIARO, Isabela. **Abolição do exército na Costa Rica e cultura do pacifismo**. Acesso em: 17 maio de 2025.

GUIMARÃES, César. **A política externa dos Estados Unidos: da primazia ao extremismo**. Acesso em 22 maio de 2025.

GUIMARÃES, Everson Muniz. **Venezuela e Petróleo: Os Caminhos e Consequências da Dependência Econômica**. Acesso em 22 maio de 2025.

HABIB, Maria Abi. **Costa Rica**: como um país paradisíaco virou ponto de disputa para o narcotráfico. como um país paradisíaco virou ponto de disputa para o narcotráfico. Acesso em: 16 maio de 2025.

HARDING, Robert C. **The history of Panama**. Acesso em: 20 maio de 2025.

HUMAN RIGHTS WATCH. **“Remain in Mexico”**. Acesso em: 22 maio de 2025.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Relatório Mundial 2025**: Cuba. Nova Iorque: Human Rights Watch, 2025. Acesso em: 31 maio de 2025.

HUMAN RIGHTS WATCH. **World Report 2025**: Ecuador. 5 jan. 2025. Acesso em: 22 maio de 2025.

IBGE. **Países**. Acesso em 22 maio de 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA (INEGI). **Extensión, fronteras, litorales y zona económica exclusiva**. Acesso em: 22 maio de 2025.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. **Haiti: A Path to Stability for a Nation in Shock**. Briefing n.º 44, 30 set. 2022. Acesso em: 22 maio de 2025.

INTERNATIONAL HUMAN RIGHTS CLINIC. **The struggle for human rights in Bolivia during the Áñez government and the COVID-19 pandemic**. Cambridge, MA: Harvard Law School, 11 ago. 2020. Acesso em: 30 maio de 2025.

ISACSON, Adam et al. **Mexico's Crackdown on Migration at its Southern Border**. Washington Office on Latin America (WOLA), 5 abril de 2020. Acesso em: 24 maio de 2025.

JARDIM, Claudia. **Venezuela celebra bicentenário da independência**. Acesso em 22 maio de 2025

JARDIM, Mayara de Oliveira. A Bolívia no Tempo Presente: o governo de Evo Morales (2006-2019) e a ruptura institucional de novembro de 2019. **Historiar**, vol. 09, n. 04, p. 47-62 out./dez.2022.

LAÍNEZ, Vilma; MEZA, Víctor. El enclave bananero en la historia de Honduras. **Anuario de Estudios Centroamericanos**, p. 187-225, 1974. Acesso em: 20 maio de 2025.

LAURÍA, Sol. **Panamá concede un salvoconduto al expresidente Martinelli para refugiarse en Nicaragua.** Acesso em: 22 maio de 2025.

LEWIS, Patsy. **Revisiting the Grenada invasion: the OECS' role, and its impact on regional and international politics.** Social and Economic Studies. Acesso em: 21 maio de 2025.

LEWIS, Thomas. **Transatlantic slave trade.** Encyclopaedia Britannica, 21 abril de 2025. Acesso em: 22 maio de 2025.

LOPES, Dawisson Belém. **Política externa e democracia no Brasil.** São Paulo: Editora UNESP, 2013. Acesso em: 17 maio de 2025

LÓPEZ, Magdalena. La democracia en Paraguay: un breve repaso sobre los partidos políticos tradicionales, el sistema electoral y el triunfo de Fernando Lugo Méndez. **Revista Enfoques**, Buenos Aires, v. 8, n. 13, p. 89-106, 2010. Acesso em: 23 maio de 2025.

LÓPEZ, Magdalena. **Transición y democracia en Paraguay (1989-2017):** El cambio no es una cuestión electoral. Buenos Aires: SB, 2018. ISBN 978-987-4434-16-6. Acesso em: 22 maio de 2025.

MADEIRA, Pedro. **El Caracazo:** Há 30 anos, repressão a protestos contra o governo na Venezuela deixou quase 300 mortos. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/el-caracazo-ha-30-anos-repressao-protestos-contra-o-governo-na-venezuela-deixou-quase-300-mortos.html>. Acesso em 22 maio de 2025.

MAGNOTTA, Fernanda. LEITE, Lucas. **Discurso de Trump mostra como polarização tornou mais difícil governar os EUA..** Acesso em 22 maio de 2025.

MARQUES DOS SANTOS, S. **Um povo eleito em uma terra prometida:** o mito do destino manifesto e as raízes do nacionalismo. Revista Aedos, [S. l.], v. 14, n. 32, 2023. Acesso em: 1 junho de 2025.

MARSON, Ana Carolina de Araujo. **A participação brasileira na crise da República Dominicana: da intervenção norte-americana à saída de tropas da OEA.** 2021. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de São Paulo, Instituto de Relações Internacionais, São Paulo, 2021. Acesso em: 23 maio de 2025.

MARTINS, Américo. **Existe um histórico do uso da violência na política americana.** Acesso em 22 maio de 2025.

MATRAVOLGYI, Elizabeth. **Relembre como foi a presidência de Donald Trump**. Acesso em 22 maio de 2025

MATTIACE, Tyler. **Mexico's Supreme Court Bans 'Random' Immigration Checks**. Human Rights Watch, 26 maio 2022. Acesso em: 22 maio de 2025.

MATUS, Alejandra. **From the Barricades to the Ballot Box: Redemocratization and Political Realignment in the Chilean Left**. *Latin American Perspectives*, v. 34, n. 6, p. 23–41, 2007.

MELLO, Janaina Cardoso de. Democracia em crise: a política do caos no Peru contemporâneo em meio à potência cultural. *Em Tempo de Histórias*, v. 1, n. 38, p. 88–110, 2021. DOI: 10.26512/emtempos.v1i38.36878. Acesso em: 14 maio de 2025.

MENA, Bryan. **EUA**: população de baixa renda passa por dificuldades financeiras mesmo após melhora na economia. Acesso em 22 maio de 2025.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA JAMAICA. **Jamaica and the Organization of American States (OAS)**. Disponível em: <http://www.jamaicaoas.org/>. Acesso em: 19 maio de 2025.

MOLINA, Fernando. Apuração oficial na Bolívia confirma vitória de Luis Arce com 55,1% dos votos. *El País Brasil*, 23 out. 2020. Acesso em: 30 maio de 2025.

MONTEIRO, Alexandre Borella. **Argentina**: da Guerra Civil à Ascensão de Mitre. Acesso em 20 maio de 2025

MULZA, Giovana Eloá Mantovani. Por uma história crítica da Colômbia (1853-1953). *Revista Sem Aspas*, Araraquara, v. 8, n. 2, p. 193–208, jul./dez. 2019. Acesso em: 22 maio de 2025.

MURILLO, Álvaro. **Sete décadas do fim do Exército na Costa Rica**: uma decisão rentável. uma decisão rentável. Acesso em: 15 maio de 2025.

NAÇÕES UNIDAS. **Violaciones de Derechos Humanos y abusos en el contexto de las protestas en Nicaragua**. Genebra: Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos, ago. 2018.

NEVES, Marcelo Lopes de Souza. **Constitucionalismo achado na rua e crise política no Brasil**: democracia de baixa intensidade ou legalidade autoritária? Novos Estudos CEBRAP, n. 113, p. 9–27, 2019. Acesso em: 15 maio de 2025.

NEVES, Rômulo Figueira. **Cultura Política e Elementos de Análise da Política Venezuelana**. Disponível em: [https://funag.gov.br/loja/download/682-Cultura\\_politica\\_e\\_elementos\\_de\\_analise\\_da\\_politica\\_venezuelana.pdf](https://funag.gov.br/loja/download/682-Cultura_politica_e_elementos_de_analise_da_politica_venezuelana.pdf). Acesso em 22 maio de 2025.

NGULO BRENES, Sonia. Tempo e memória: os relatórios de verdade e justiça. O caso da Guatemala. **Cuadernos Intercambio sobre Centroamérica y el Caribe**. Acesso em: 14 maio de 2025.

NORD, Marina et al. **Informe sobre la democracia 2024**: la democracia gana y pierde en las urnas. Gotemburgo: Instituto V-Dem, Universidad de Gotemburgo, 2024. Acesso em: 22 maio de 2025.

OIM. **Número de refugiados e migrantes da Venezuela no mundo atinge 3,4 milhões**. Acesso em 22 maio de 2025.

OJEDA, Jaime de. **A Guerra Hispano-Americana de 1898**: uma visão espanhola. Acesso em 22 maio de 2025

OLMO, Guillermo D. **3 razões que explicam força da economia do Peru mesmo com democracia fragilizada no país**. BBC News Brasil, 3 fev. 2023. Acesso em: 10 maio de 2025.

OLMO, Guillermo D. **Peru**: por que país, com 6 presidentes em 4 anos, é tão difícil de governar. BBC News Brasil, 8 dez. 2022. Acesso em: 10 maio de 2025.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Estados membros**. Acesso em: 30 maio de 2025.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Informe final**: Análisis de integridad electoral: Elecciones generales en el Estado Plurinacional de Bolivia. 2019. Acesso em: 30 maio de 2025.

PARADOWSKI, Robert J. **American Industrial Revolution**. Acesso em 22 maio de 2025.

PARDO, Diego. **Como era a 'Venezuela saudita', um dos países mais ricos dos anos 50 e 80**. Acesso em 22 maio de 2025

PAYNE, Anthony; SUTTON, Paul; THORNDIKE, Tony. **Grenada: Revolution and invasion**. Routledge, 2022. Acesso em: 18 maio de 2025.

PITA, Federico. **Independência, liberdade e escravidão na Argentina**.

PORTAL LATINO-AMERICANO USP. **Jamaica (espanhol)**. Universidade de São Paulo. Acesso em: 17 maio de 2025.

PORTAL LATINO-AMERICANO. **Uruguai**. São Paulo: Universidade de São Paulo, [2024]. Acesso em: 14 maio de 2025.

RECALDE, Liliana Rocío Duarte. **Paraguay**: interrupción al proceso de consolidación de la democracia. *Revista de Ciencia Política (Santiago)*, Santiago, v. 33, n. 1, p. 151–172, 2013.. Acesso em: 24 maio de 2025.

RIVARA, Lautaro. **Sete teses equivocadas sobre a situação no Haiti**. Instituto Humanitas Unisinos (IHU), 8 jul. 2021. Acesso em: 22 maio de 2025.

ROCHA, Lucas. **Estudo aponta que oito fatores colocam adultos negros em maior risco de morte nos EUA**. Acesso em 22 maio de 2025.

RODRIGUEZ, Margarita Victoria. **Peronismo**: Movimiento Popular Democrático ou Populismo Autoritário? (1945-1955). Acesso em 28 maio de 2025

ROSA, Renata de Melo. República Dominicana: a construção do pueblo criollo. **Universitas: Relações Internacionais**, Brasília, v. 6, n. 1, p. 133–150, 2008. Acesso em: 23 maio de 2025.

SÁNCHEZ, Omar. **Elecciones 2019 en Guatemala: oferta electoral truncada**. Foro Cubano-Divulgación. Acesso em: 22 maio de 2025.

SÁNCHEZ, Omar. **Elecciones 2019 en Guatemala: oferta electoral truncada**. Foro Cubano-Divulgación. Acesso em: 22 maio de 2025.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. **Guatemala no século XXI: a contrainsurgência permanente**. Revista Katálisis, Florianópolis, 2023. Acesso em: 14 maio de 2025.

SCARELLI, Rafael Dias. O Peru entre dois generais: San Martín e Bolívar no imaginário nacional peruano até o Primeiro Centenário (1821-1921). **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 130, p. 65–86, 2021. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.i130p65-86. Acesso em: 26 maio de 2025.

SCHAVELZON, Salvador. As categorias abertas da nova Constituição boliviana. Formação do Estado Plurinacional: alguns percursos intelectuais. **Revista Lugar Comum**, São Paulo, n. 27, p. 35–60, 2009. Acesso em: 30 maio de 2025.

SCHINCARIOL, Vitor Eduardo. **Uma análise histórico-econômica das políticas do primeiro governo de Barack Obama nos Estados Unidos, 2009-2012**. Acesso em 22 maio de 2025

SETA, Isabel. **Javier Milei**: quem é e quais são as propostas do presidente eleito da Argentina. Acesso em 20 maio de 2025.

SIAVELIS, Peter M.; SEHNBRUCH, Kirsten. **Democratic Chile: The Politics and Policies of a Historic Coalition, 1990–2010**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2014. Acesso em: 15 maio de 2025.

SILVA, Geraldo Martins da. **A intervenção estadunidense em São Domingos e a participação da FAIBRAS**: sociabilidades entre brasileiros e dominicanos (1965–1966). 2009. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, Campina Grande, 2009. Acesso em: 23 maio de 2025

SIMON, Silvana Aline Soares. **Do Isolacionismo ao Intervencionismo: A participação dos Estados Unidos nas Grandes Guerras Mundiais do Século XX (1914-1945)**. Acesso em 22 maio de 2025

SODRÉ, João Gabriel Rabello. **Memórias das Ditaduras da Argentina (1976-83) e do Chile (1973-90): Convergências em Instituições Latino Americanas**. P. 5. Acesso em 22 maio de 2025.

SOLANO, Pablo Augusto Rodríguez. **DERECHO NATURAL EN COSTA RICA (1821-1823)**.: una revisión crítica del proceso de independencia y formación de los estados en centroamérica. UNA REVISIÓN CRÍTICA DEL PROCESO DE INDEPENDENCIA Y FORMACIÓN DE LOS ESTADOS EN CENTROAMÉRICA. 2012. Acesso em: 15 maio de 2025.

STEVENSON, B.J.R. O Ingresso no Sistema Interamericano: O Canadá e a OEA. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 117-144, Jan 1994. Acesso em: 20 maio de 2025.

STUENKEL, Oliver. **Ecuador's Challenge**: Rout Organized Crime Without Endangering Democracy. Emissary, 18 abril de 2025. Acesso em: 22 maio de 2025.

TAJRA, Alex. **Na Venezuela, Guaidó se declara presidente no lugar de Maduro**. em 22 maio de 2025.

TATAGIBA, Luciana. **Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 49, p. 65–84, 2002. Acesso em: 15 maio de 2025.

TEIXEIRA, Ana Claudia Chaves. **Para além do voto**: uma narrativa sobre a democracia participativa no Brasil (1975–2010). 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2013.. Acesso em: 16 maio de 2025

TEIXEIRA, Bruno Andrade; DIAS, Maurício Luiz Borges Ramos; PIRES, Nicole Fava. Nicarágua em Crise: Governo de Daniel Ortega (2007-atualmente) e o Desmantelamento Democrático. **Conversas & Controvérsias**, v. 8 v. 2, set. 2021. Acesso em: 22 maio de 2025.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. **2024 Corruption Perceptions Index**: Corruption fuels environmental crime across the Americas. 11 fev. 2025. Acesso em: 22 maio de 2025.

U.S. COMMITTEE FOR REFUGEES AND IMMIGRANTS (USCRI). **2025 Country Conditions**: Ecuador. 14 abril de 2025. Acesso em: 22 maio de 2025.

US SENATE. **Constitution of the United States**. Acesso em 22 maio de 2025

VALDEZ-STUARD, Augustín. **La vacancia presidencial por incapacidad moral permanente en el orden político peruano**. (Tesis). Lima: Universidad de Piura. Facultad de Derecho. Programa Académico de Derecho, 2019.

VANEGAS, Santiago. **Panamá retorna ao colonialismo da quinta fronteira com novo acordo assinado com os EUA sobre Canal.** Acesso em: 22 maio de 2025.

VÍLCHEZ, Dánae. **Costa Rica's new president threatens women's and LGBTIQ rights.** Acesso em: 16 maio de 2025.

VILLA, Rafael Duarte; VIANA, Manuela Trindade. Internacionalização pelo envolvimento de atores externos no conflito colombiano: atuação da OEA na desmobilização de grupos paramilitares na Colômbia. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 2, p. 365–403, 2012. Acesso em: 22 maio de 2025

WALLACE, Arturo. **Bukele vs El Faro**: qué hay detrás del enfrentamiento del popular presidente de El Salvador con uno de los medios más prestigiosos del continente. qué hay detrás del enfrentamiento del popular presidente de El Salvador con uno de los medios más prestigiosos del continente. Acesso em: 14 maio de 2025.

WALLACE, Willard M. **American Revolution**: United States History. Acesso em 22 maio de 2025

WORLD BANK. **O Banco Mundial na Costa Rica.** Acesso em: 17 maio de 2025.

YASHINISHI, Bruno José; HONORATO, Tony. O balir de Trujillo: representações de violências e descivilizações durante a ditadura dominicana no filme O ditador (2005). **Maracanan**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 320–341, 2024. Acesso em: 23 maio de 2025.

ZIMMERMANN, Matilde. **A Revolução Nicaraguense.** Unesp, 2002. Acesso em: 18 maio de 2025.